

===== ACTA DA PRIMEIRA REUNIÃO DA SESSÃO ORDINÁRIA DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE OLIVEIRA DE AZEMÉIS, REALIZADA EM VINTE E SEIS DE ABRIL DO ANO DOIS MIL E SETE: =====

===== Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano dois mil e sete, pelas vinte horas e trinta minutos, no Salão Nobre da Câmara Municipal, reuniu, em Sessão Ordinária, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, sobre a Presidência do Excelentíssimo Senhor **Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves**, Secretariado pelos Senhores: **António Luís da Fonseca e Grifo** – Segundo Secretário e **José Alves da Silva** – Presidente da Junta de Freguesia de Ossela e cuja Ordem de Trabalhos era a seguinte: =====

===== **Tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança;** =====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município;* =====

===== **Ponto dois:** *Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas/ 2006;*

===== **Ponto três:** *Apreciação do Inventário de 2006 de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação;* =====

===== **Ponto quatro:** *Aprovação da proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2006;* =====

===== **Ponto cinco:** *1.ª Revisão ao Orçamento e PPI/ 2007 – Aprovação;* =====

===== **Ponto seis:** *2.ª Revisão ao Orçamento e PPI/ 2007 – Aprovação;* =====

===== **Ponto sete:** *Proposta para financiamento no âmbito da linha de crédito bonificado para projectos aprovados no III Quadro Comunitário de Apoio ou para Programas de Iniciativa Comunitária homologados em 2006 (Decreto-Lei n.º 144/2000) – 9.ª Tranche – Autorização;* ==

===== **Ponto oito:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação de Pais e Encarregados de Educação dos Alunos da Escola n.º 3 de Abelheira, Oliveira de Azeméis, para construção de um campo de jogos com piso e relva sintética e outros melhoramentos. Revogação do protocolo celebrado em 11 de Junho de 2003 – Autorização;* =====

===== **Ponto nove:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis para a criação de um espaço público de acesso à Internet na sede daquela Associação – Autorização;* =====

===== **Ponto dez:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Associação Académica da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa com vista à integração do evento “Queima das Fitas” no âmbito do projecto municipal do Festival da Juventude – Autorização/ Ratificação;* =====

===== **Ponto onze:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Escola Superior de Educação Jean Piaget/ Arcozelo e com Joana Augusta de Sá Oliveira (realização de estágio no Centro de Alojamento Temporário, situado na Casa Azul, em Cesar) – Autorização;* =====

===== **Ponto doze:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Universidade Portucalense Infante D. Henrique e com Cristina Rosa Amorim da Silva Marques (realização de estágio na Biblioteca Municipal Ferreira de Castro) – Autorização;* =====

===== **Ponto treze:** *Protocolo de colaboração a celebrar com a Escola Secundária Soares Basto – Aceitação de alunos para estágio – Autorização/ Ratificação;* =====

===== **Ponto catorze:** *Plano Nacional de Leitura - Protocolo de Colaboração a celebrar com o Ministério da Educação - Autorização;* =====

===== **Ponto quinze:** *Protocolo de colaboração a celebrar com “SOLTAR ASAS, LDA.” – Fornecimento de refeições - Autorização;* =====

===== **Ponto dezasseis:** *Programa Nacional de Educação para a Segurança e Saúde no Trabalho – Protocolo de colaboração com o Instituto para a Segurança, Higiene e Saúde no Trabalho e as Escolas Básicas e Secundárias do concelho bem com as Associações Humanitárias dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis e Fajões – Autorização;* =====

===== **Ponto dezassete:** *Acordo de colaboração PROHABITA - Construção de 14 fogos e aquisição de 81 fogos, destinados a realojamento – Reprogramação Cronológica e Financeira – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezoito:** *Plano de Desenvolvimento Social 2007-2009 – Aprovação;* =====

===== **Ponto dezanove:** *Aprovação definitiva do regulamento de licença accidental para a instalação e funcionamento de recintos itinerantes e improvisados;* =====

===== **Ponto vinte:** *Aprovação definitiva do regulamento geral de águas de abastecimento e águas residuais do Município de Oliveira de Azeméis;* =====

===== **Ponto vinte e um:** *UAC- Associação de Unidade de Acompanhamento e Coordenação do Centro Urbano de Oliveira de Azeméis – Alteração de denominação nos estatutos – Aprovação/ Ratificação;* =====

===== **Ponto vinte e dois:** *Concessão do Serviço de Transporte Público Urbano do Município de Oliveira de Azeméis – Aprovação das condições gerais;* =====

===== **Ponto vinte e três:** *Sindicato dos Trabalhadores de Transportes Rodoviários de Aveiro – Atribuição de lugar de estacionamento – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e quatro:** *Postura de trânsito na freguesia de Carregosa – Aprovação;* =====

===== **Ponto vinte e cinco:** *Processo n.º 33/06 – M. F. Almeida, Lda – Pedido de margem de acerto e rectificação;* =====

===== **Ponto vinte e seis:** *Processo n.º 389/07 – Centro Social Dra. Leonilda A. S. Matos – Reconhecimento do interesse municipal do imóvel (lar residencial e residências autónomas);*

===== **Ponto vinte e sete:** *Seguro de Acidentes Pessoais Autarcas – Fixação de valor. ==*

===== ***Verificou-se a presença dos seguintes Membros da Assembleia Municipal:*** =====

===== **Do Partido Social Democrata (PSD):** *António Isidro Marques Figueiredo, Ana Maria Ferreira Alves da Silva Neves, António da Silva Xará, José Francisco Brandão de Oliveira, Jorge Leonel Figueiredo de Almeida, Paulo Manuel Matos Ferreira, Jorge Manuel da Costa Alves Rosa, José Filipe da Silva Carvalho, Nuno Ricardo Fernandes Pires, José Maria de Pinho Silva, Marcial Abel de Ascensão Vaz Santiago, Diamantino Melo de Almeida, António Rodrigues dos Reis, Francisco de Jesus Jacinto, Américo de Almeida Carvalho, Ramiro Pereira Alves Rosa, Miguel Mendes da Silva, José António de Pinho Santos, António Nobre Azevedo, Ilídio Barbosa Lopes, Manuel Figueiredo Pereira e António de Jesus Silva.* =====

===== **Do Partido Socialista (PS):** *Maria Helena Terra de Oliveira, Fernando Manuel Gomes Pais Ferreira, Ana Maria Jesus da Silva, Joaquim Jorge Ferreira, Hélder Martinho Valente Simões, Paulo do Amaral Alegria, Carlos Manuel Afonso de Bastos Oliveira, Armindo Fernando Martins Nunes, Lino Manuel da Costa Ferreira, José Ramos da Silva, Bruno Armando Aragão Henriques, Narciso da Silva Pinho, Agostinho Carmo Tavares, António Costa Godinho Oliveira, Nuno Miguel Soares de Jesus e Maria Isabel Correia da Costa.* =====

===== **Do Partido Popular (CDS/PP):** *António Alberto Vieira Dias.* =====

===== **Do Partido Comunista Português (PCP):** *Óscar Fernando Soares de Oliveira.* =

===== **Independentes:** *Luís Filipe Moreira Silva Bastos Oliveira.* =====

===== **E a ausência dos seguintes Membros:** *Isabel Maria Fernandes G. Ferreira de Vilhena e Rodrigo Moreira da Silva.* =====

===== *Na ausência do Senhor Presidente da Mesa, o Senhor António Grifo, Segundo Secretário, procedeu à cerimónia de tomada de posse do Conselho Municipal de Segurança.* ==

===== ***Termo de posse:*** =====

===== *Aos vinte e seis dias do mês de Abril do ano de dois mil e sete, pelas vinte horas, no edifício do Salão Nobre da Câmara Municipal, perante a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, compareceram para tomar posse os Membros do Conselho Municipal de Segurança de Oliveira de Azeméis, criado nos termos do estabelecido na Lei n.º 33/98 de 18 de Julho, composto pelos Elementos que o integra, conforme a seguir se indicam: Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, Senhor Ápio Cláudio do Carmo Assunção; Presidente da*

*Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, Senhor Hermínio José Sobral de Loureiro Gonçalves; **Presidentes das Juntas de Freguesia, designados pela Assembleia Municipal na 2.ª reunião da Sessão Ordinária de 23.02.2006, realizada em 10.03.2006:** Presidente da Junta de Freguesia de Oliveira de Azeméis, Senhor Ramiro Pereira Alves Rosa; Presidente da Junta de Freguesia da Vila de Cucujães, Senhor António de Jesus Silva; Presidente da Junta de Freguesia de Ossela, Senhor José Alves da Silva; Representante do Ministério Público, Procurador Adjunto Lic. Dino Rui dos Santos Almeida; Comandante Interino do Destacamento da Guarda Nacional Republicana de Oliveira de Azeméis, Tenente Flávio Sá; Comandante do Corpo dos Bombeiros Voluntários de Oliveira de Azeméis, Senhor Paulo Jorge Tavares Vitória da Silva; Comandante do Corpo dos Bombeiros Voluntários de Fajões, Senhor Manuel Martins Abreu e Silva; Responsável pelos Serviços de Protecção Civil, Eng.º António Pedro Ribeiro Valente Castanheira; **Responsáveis pelos organismos de assistência social com intervenção na área do Município, designados pela Assembleia Municipal na 2.ª reunião da Sessão Ordinária de 23.02.2006, realizada em 10.03.2006:** Provedor da Santa Casa da Misericórdia de Oliveira de Azeméis, Arqt.º Gaspar André Moreira Domingues; Provedor da Misericórdia da Vila de Cucujães, Senhor Domingos José de Pinho Ferreira; Presidente Interino do Centro de Apoio Familiar Pinto de Carvalho, Senhor António Joaquim Resende de Oliveira; **Representantes da Associação Patronal e Sindical sediadas na área do Município:** Presidente da Direcção da Associação Empresarial do Concelho de Oliveira de Azeméis, Senhor António da Silva Rodrigues; Tesoureiro da Associação Comercial dos Concelhos de Oliveira de Azeméis e Vale de Cambra, Senhor Manuel de Oliveira Tavares; Presidente da Direcção do Sindicato dos Trabalhadores Rodoviários do Distrito de Aveiro, Senhor Joaquim Rodrigues Oliveira Rocha; Presidente da Direcção do Sindicato dos Profissionais de Lacticínios, Senhor José Luís Alves Portela; **Cidadãos de reconhecida idoneidade, designados pela Assembleia Municipal na 2.ª reunião da Sessão Ordinária de 23.02.2006, realizada em 10.03.2006:** Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Ferreira de Castro, Prof.ª Ana Maria Quental Rio; Presidente do Conselho Executivo da Escola Secundária Soares Basto, Prof.ª Maria José Cálix; Representante da Escola Básica 2,3 Bento Carqueja, Prof. José Maria Godinho de Sousa; Representante da Escola Básica 2,3 Dr. Ferreira da Silva – Cucujães, Prof. António Miguel de Almeida Mansores; Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica 2,3 de Fajões, Prof.ª Maria José Moreira Aguiar Soares Gomes; Representante da Escola Básica 2,3 Dr. José Pereira Tavares – Pinheiro da Bemposta, Prof.ª Maria Filomena Teles Quinteiro Lopes Marques; Representante da Escola Básica 2,3 Comendador Ângelo Azevedo - S. Roque, Prof.ª Maria de Lurdes Resende Marques da Costa Santos; Representante da Escola Básica 2,3 D. Frei Caetano Brandão – Loureiro, Prof.ª Adília Damas; Presidente do Conselho Executivo da Escola Básica 2,3 de Carregosa, Prof. Albino Alves Martins; Representante da Escola Superior de Enfermagem da Cruz Vermelha Portuguesa de Oliveira de Azeméis, Prof. Catarino de Araújo; Representante do Pólo da Universidade de Aveiro, Mestre Paulo Agostinho Silva de Lima. E para constar e devidos efeitos, se lavrou o presente termo de posse que eu António Luís da Fonseca e Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, redigi e subscrevo. =====*

===== Seguidamente, o Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal, concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, que fez a seguinte intervenção: =====

===== A temática da Segurança assume nos dias de hoje uma preponderância cada vez maior. A maior mobilidade das pessoas, mas sobretudo os factores associados à globalização, trazem até nós fenómenos que antes dificilmente nos atingiam. Nunca como agora as questões da criminalidade tiveram tanta repercussão na nossa sociedade. A marginalidade, a

toxicodependência, o desemprego, a redução do poder de compra, entre muitos outros factores, contribuem para o crescimento da insegurança de bens e pessoas. Outras áreas há, que também têm registado níveis cada vez mais elevados de insegurança, mas que não se prendem necessariamente com a criminalidade como por exemplo os acidentes rodoviários e os incêndios florestais. No fundo, são problemas que nos preocupam a todos e como tal importa que o combate seja também feito por todos e não por cada entidade isoladamente. A constituição deste Conselho Municipal traduzir-se-á, estou certo, numa maior articulação entre todos os intervenientes neste processo e, apesar do seu papel ser meramente consultivo, estou certo que a simples troca de informação será muito proveitosa para acudir às situações mais prementes. Nem sempre estamos preparados para acorrer a todas as situações: ou porque a informação que dispomos não é completa, ou porque os meios disponíveis estão longe de serem os ideais, ou porque a coordenação falha em qualquer lado. Felizmente para nós, as situações com que nos temos deparado têm sido resolvidas recorrendo muitas vezes ao voluntarismo e ao espírito de sacrifício de uns quantos. No entanto, essa não é seguramente a melhor forma de encarar de forma responsável os problemas. Este Conselho servirá, pois, para dar mais um contributo para olhar de forma conseqüente para os problemas e para as suas causas. Queremos ir à raiz dos problemas e só ouvindo todos é que o poderemos fazer bem. Queremos discutir as matérias da segurança com todos os que se interessam e que têm obrigação de o fazer. É inevitável que surjam debates vivos, é inevitável que surjam opiniões diferentes, mas também é inevitável que dessa discussão surjam ideias mais claras que motivarão intervenções mais correctas. Penso que, neste enquadramento, todos sairão a ganhar, em particular Oliveira de Azeméis. Naturalmente que existem dificuldades e insuficiência de meios. É uma realidade com que o nosso concelho se debate desde há muito e, neste particular, contamos com o apoio de cada um dos Membros deste novo Órgão no sentido de nos ajudar a convencer quem de direito das nossas necessidades aos mais diversos níveis. Vou referir-me em particular às forças de segurança, área onde estão identificadas graves carências mas onde, apesar disso, continuamos a verificar retrocessos incompreensíveis como, por exemplo, o desaparecimento do Plano de Investimentos da Administração Central da construção dos novos quartéis da GNR em Cesar e Cucujães. Nestas como noutras matérias, pretendemos auscultar todos os intervenientes e Membros deste Conselho, certos de isso resultará numa melhoria das condições de vida dos Oliveirenses. Resta-me antes de terminar, agradecer em nome pessoal, mas também da Autarquia, a cada uma das pessoas que aceitou integrar este Órgão, pela disponibilidade e pela preocupação demonstradas. Neste Conselho está representada, através das suas Entidades mais representativas, toda a sociedade Oliveirense: desde os parceiros do mundo empresarial aos parceiros sociais, passando pelas forças de segurança, pela justiça, pela educação e pelas autarquias. Seja frutuoso o nosso trabalho e seguramente estaremos todos muito mais satisfeitos no futuro. Muito obrigado. =====

===== Os presentes no Salão Nobre aplaudiram. =====

===== O Senhor António Grifo interveio da seguinte forma: =====

===== Dada a impossibilidade da presença do Senhor Presidente da Assembleia, por afazeres na Assembleia da República, está já de regresso, vamos iniciar esta Sessão Ordinária com as inscrições para o Período de Antes da Ordem do Dia. Agradecia que os Grupos apresentassem as suas inscrições. Como a nossa Colega Prof.ª Isabel Vilhena não se encontra presente por motivos de doença de um familiar, vou pedir ao veterano destas andanças, ao meu Amigo José Alves, para me fazer companhia na Mesa. Senhor José Alves, Presidente da Junta de Freguesia de Ossela, agradecia que viesse. =====

===== *Entrou o Senhor Presidente da Assembleia Municipal.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Boa noite a todos. Já fui informado que o Conselho Municipal de Segurança já está devidamente empossado. Eu tinha conversado com os restantes Elementos da Mesa da minha impossibilidade de estar às oito horas, e portanto tinha pedido para que essa situação decorresse. Estamos em condições de dar início ao Período de Antes da Ordem do Dia.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa deu início à Sessão.* =====

=====**PERÍODO DE “ANTES DA ORDEM DO DIA” (ART.º 19º DO REGIMENTO)**=====

===== *Pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Chegou à Mesa um voto de pesar pelo falecimento da Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia de Fajões. Eu julgo que não merece obviamente qualquer discussão, acho que é importante que a Assembleia Municipal possa também expressar o seu sentimento, por tão trágico desaparecimento de alguém que, ainda com pouca idade, desapareceu do mundo dos vivos e era uma pessoa que se dedicava à causa pública. Portanto, acho que não valia a pena sequer estarmos a discutir. Eu pedia a todos que pudéssemos cumprir um minuto de silêncio em memória da Senhora Presidente da Assembleia de Freguesia de Fajões.* =====

===== *Fez-se um minuto de silêncio.* =====

===== *No uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia concedeu a palavra ao Eng.º Paulo Alegria, do PS.* =====

===== *Vinha aqui só fazer três questões. Uma delas era uma observação e uma contestação para o Senhor Presidente da Assembleia Municipal, e depois eram duas perguntas à Câmara Municipal. A observação e a contestação Senhor Presidente da Assembleia Municipal, é quanto à participação do Público. Sem dúvida nenhuma, foi sempre a intenção do Senhor Presidente que o Público tivesse maior afluência a esta Assembleia, tivesse maior participação e com ela viesse mais quem se interessasse pelos interesses da nossa cidade e do nosso concelho. Contudo, tem de haver da parte também da Assembleia o “feedback” com esse mesmo Público, ou seja, na realidade tem-se constatado que o Público faz as suas intervenções e é costume a Câmara nunca dar a resposta na altura. A Câmara, mais tarde, responderá por escrito, ou por intervenção da própria Câmara perante esses elementos. Contudo, tem-se verificado que tem havido pouca comunicação da própria Câmara Municipal ao Público. Recordo-me que neste mandato, pelo menos daquilo que nos foi aqui constatado, salvo erro só uma vez o Prof. Leonel disse que a Câmara lhe tinha respondido. Também da parte da Assembleia, deveria na Assembleia seguinte, comunicar em princípio à Assembleia todas essas informações. Isso em princípio nunca foi dado, é uma coisa que já vem do anterior mandato, que se tem verificado e que se tem mantido neste mandato. Quanto ao Senhor Presidente da Câmara, são duas perguntas muito rápidas. Uma delas, eu fi-la na última Assembleia e como a nossa Primavera já começou a vir sorridente, só de vez de em quando aparece uns dias de chuva, saber se já está prevista a data da intervenção daquela zona em Santo António, que na realidade será uma das*

zonas mais críticas neste momento de Oliveira de Azeméis. A outra pergunta Senhor Presidente, era saber, já há um ano ou mais, foi comunicado numa entrevista do Senhor Presidente da Câmara, e salvo erro aqui na Assembleia Municipal, da Câmara Municipal ter adquirido aquela casa acolá, que era a antiga Mercantil, que em princípio seria, dito pelo Senhor Presidente, a futura Pousada da Juventude. Só queria interpelar, se esse processo andou, se não, porque acho que seria algo interessante e válido para animar e dar um bocado de dinâmica àquela zona pedonal que bem precisa disso. Era só. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Xará, do PSD. =====

===== Em Abril de 2002 nesta Assembleia, manifestei as minhas preocupações relativamente ao Parque de La-Salette e à necessidade de uma nova estratégia para o mesmo. A reflexão emergiu, as vontades convergiram, o respeito por aqueles que durante anos com uma dedicação extrema se dedicaram à causa prevaleceu, e o inevitável e desejável aconteceu: o nascimento da Fundação. Uma nova rota apareceu e apesar de algumas dificuldades iniciais, a verdade é que se tem assistido a um renascimento da vida no Parque. É fácil perceber, que renasceu a esperança, eu diria a certeza, de que o Parque tem futuro. É inegável a dinâmica instalada. Naturalmente nem vou gastar tempo a enumerar tudo o que já foi feito, quando ainda há muito, mas mesmo muito mais, a fazer. O que se deseja é não perder o ritmo, o que se deseja é consolidar todo este projecto e é por esse motivo esta minha intervenção. É importante a continuidade do crescimento das envolvências. Hoje, já são muitos os Oliveirenses que de forma voluntária e por vezes anónima mostram a sua disponibilidade para contribuir, e têm contribuído ou participado em acções de melhoria do Parque. É esta envolvência da sociedade Oliveirense que é fundamental para a viabilização das condições necessárias na concretização de muitos e grandes projectos que existem para o Parque. Por isso, todos nós temos que ser capazes de sermos proactivos nesta questão. Isto não é igual a sermos franqueadores de situações que possam colocar em causa os principais valores afectos ao Parque ou à sua gestão. Naturalmente, que essa missão também a todos nós diz respeito. Mas não confundamos essa nossa obrigação, com as aberrações a que por vezes assistimos, ou seja, porque o ramo da árvore a cortar devia ser o da direita e não o da esquerda; que a água do lago deveria ser rosa e não incolor; que os patos não deveriam ter bico ou até que o telhado da Casa das Heras deveria não ser vermelho mas laranja. Repito, estas a que são as verdadeiras aberrações e no dia em que todos os Oliveirenses se limitarem, comodamente, no seu quintal a escrever meia dúzia de linhas substituindo o que é possível pelo que não é possível, então aí produzimos o clímax das aberrações que é não fazer nada. Que eu saiba a Fundação reúne regularmente e sempre de portas abertas para receber qualquer Oliveirense, e é aí, olhos nos olhos, que as sugestões ou os esclarecimentos devem ser tratados. Por favor, críticas baratas, isentas de competência e colocadas em espaços que não os adequados para se tornarem proactivas, não servem os interesses do Parque. Como em qualquer intervenção, as decisões têm que ser tomadas e quando o reflexo das mesmas abrange toda uma sociedade, é normal a existência das mais diversas opiniões. Opiniões, sugestões, críticas positivas serão sempre bem vindas e tenho a certeza que a Fundação aplaude. Aliás todos os Oliveirenses têm essa legitimidade. Mas alguns confundem esses direitos naturais com intencionalidades e objectivos diferentes. Já o referi uma vez e vou repeti-lo, os Oliveirenses jamais aceitarão que o Parque seja alvo de politiquice. A Câmara Municipal, foi e tem sido criticada pela sua colaboração e participação no Parque. Eu não entendo, temos vindo a assistir a autênticas peças teatrais sempre que aparece a possibilidade de encerramento ou perca de equipamentos ou serviços em

Oliveira de Azeméis. Muitos deles todos nós claramente lamentamos e ficamos com a sensação de ficarmos mais pobres; mas a verdade, é que muito deles são da responsabilidade de particulares e outros da responsabilidade do Estado e surpreendentemente questiona-se a Autarquia por que não fez nada, qual foi a intervenção, etc. Quando esses sabem, aliás têm a certeza, de que nada é possível fazer. Mas, em relação ao Parque, que é dos bens mais ricos da nossa terra, pertença de todos os Oliveirenses, com um nítido interesse público, é arrepiante, como ainda esses mesmos põem em causa esta colaboração da Autarquia em forma de parceria. Por isso, mais uma vez apelo para todos nós Autarcas, todos os Oliveirenses, a comunicação social, as empresas, os movimentos culturais e desportivos, as escolas, as instituições de solidariedade social, enfim, a todas as forças vivas, para darmos as mãos. Sintonizarmo-nos neste objectivo que deve ser comum e abrangente mostrando toda a disponibilidade para ajudarmos a que este projecto enraíze e torne capaz proporcionarmos esperança aos nossos filhos. Lembremo-nos sempre que o Parque é de todos e para todos. Fiquemos com a certeza que tudo o que dermos ao Parque será multiplicado em benefício de todos nós e principalmente das gerações vindouras. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====

===== Senhor Presidente da Câmara, são quatro perguntas. A primeira, é relativa à rua onde o saneamento ou a rede de saneamento está a ser colocada. Queria saber se vai restringir esta rua ou se a Avenida António José de Almeida já vai ser este ano beneficiada com isso ? Mas também queria saber, se é simplesmente uma rede ou se finalmente já se vê no fundo do túnel a ETAR ? A segunda questão que quero pôr ao Senhor Presidente da Câmara, é que visitei o Couto de Cucujães e constatei que na Rua Padre José Manuel Soares de Albergaria uma ponte está em ameaça de cair, de derrocar. Gostava de saber quando é que é possível ter obras de beneficiação. Por outro lado, tenho que falar também no aspecto resultante da ocupação indevida do espaço de cargas e descargas. A Câmara Municipal, na entrada principal do mercado colocou umas placas que não limitam o tempo e com a indicação para cargas e descargas. Mas para que possa ser algo feito com justiça, as cargas e descargas deveriam ser simplesmente para quem tem o seu negócio dentro do mercado; ou, para além disso, os carros do Município. Acontece que esse espaço é ocupado por gente que não tem nada a ver com o comércio que se passa dentro do mercado municipal. Era necessário que se tomasse providência nesse sentido, até porque alguns já têm sido multados e são precisamente aqueles que estão no seu ganha pão no mercado municipal, que têm sido vítimas dessa acção. Uma outra questão que queria pôr a o Senhor Presidente da Câmara, e eu quero ver se não ultrapasso muito o tempo que me é destinado, acerca de um prédio do século XVIII, salvo erro 1749, que ameaça derrocada. Já caíram telhas, já caíram as massas de antiguidade na flecha vertical do prédio, qualquer dia haverá desgraça. Esse prédio está na Rua António Alegria, e gostaria de saber se pelo menos foi vistoriado e se houve alguma missão da Câmara para averiguar se tem condições ou se está sujeito a provocar danos maiores. Era só isso Senhor Presidente. Muito Obrigado. =

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu a palavra ao Senhor Óscar Oliveira do PCP-PEV. =====

===== A instalação da Central de Biomassa foi desde o início um processo controverso e de contornos muitas vezes pouco claros. Bastará recordar o secretismo com que o processo, em muitas das suas fases, decorreu, negando-se às populações o direito de serem esclarecidas e de

participarem em todo o processo. O sempre negado envolvimento e participação de uma indústria de madeira no projecto inicial, coisa que agora foi confirmada, e as sérias dúvidas que essa participação levantava quanto aos materiais a incinerar. O não cumprimento do n.º 3 do artigo 15.º do PDM, que diz que nos espaços rurais é permitida a construção de unidades industriais isoladas, desde que seja reconhecida pela Assembleia Municipal interesse para o Município. E isto não se verificou. Acresce a tudo isto a necessidade absoluta de garantir que a central não terá nunca impactos ambientais negativos e que a população tenha possibilidades de acompanhar todo o processo de laboração. Assim, a Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida neste dia, propõe que: Seja criada uma Comissão de Acompanhamento do funcionamento da central, e que dela façam parte, entre outros, representantes da Assembleia Municipal, da Assembleia de Freguesia de Carregosa e das Associações Ambientalistas do Concelho. Seguidamente, iria apresentar para a discussão e aprovação de uma moção, mas entretanto há algumas considerações. É uma moção referente ao processo do QREN, Quadro de Referência Estratégico Nacional, que merecia a devida atenção. Para a CDU a decisão política é absolutamente centralizada pelo Governo, pois, conforme se pode comprovar, a sua direcção política cabe exclusivamente à Comissão Ministerial de Coordenação para os Programas Operacionais Regionais do Continente, os chamados POR's, que é constituída pelos Ministros que absorvem responsabilidades governativas mais relevantes. A outros órgãos cabe-lhes apenas opiniões de aconselhamento, gestão e acompanhamento. Pensamos que esta centralização não constituirá a melhor forma, sabendo-se como tem vindo a ser cada vez mais acentuadas as assimetrias regionais. Para nós, esta forma política não constitui um exemplo de democracia descentralizada e participativa. Aliás, o que está previsto para o POR Norte, que prevê um montante de € 2.711.600 (dois milhões setecentos e onze mil e seiscentos euros), não contempla a quantificação de objectivos específicos tal como refere o regulamento POR Norte. É fundamental sabermos: que prioridades vão ser estabelecidas? E por quem? Pensamos que certamente pelo órgão de decisão político, sem o envolvente da região e dos seus principais agentes: autarquias, universidades, empresários, sindicatos e muitos outros. Só para ilustrar alguns elementos para o período de 2007/2013, os grandes projectos que inicialmente foram apresentados à Comissão totalizam € 13.883.800 (treze milhões oitocentos e oitenta e três mil e oitocentos euros), cabendo para a construção do TGV e da OTA mais de 85% deste valor. Também importa informar que nas contas regionais de 2000/2004, constata-se que a Região Norte foi a única que perdeu peso relativo no que refere ao PIB Regional, passando de 28,9% para 27,8%. Por isso, é importantes nós aqui reforçarmos a necessidade da participação dos principais agentes políticos e sociais da região, elementos fundamentais quer para a sua decisão, quer para controlo dos mesmos. Sem ter isto em conta, a região poderá correr o risco de se obterem os mesmos resultados de outros Quadros Comunitários de Apoio, cuja actual realidade é sobejamente a conhecida. =====

===== O Senhor Óscar Oliveira, apresentou uma moção, a qual se passa a transcrever: “- Considerando a importância do QREN – Quadro de Referência Estratégico Nacional – para o desenvolvimento do país, tanto pelos investimentos previstos como pelas verbas já anunciadas, como instrumento fundamental de correcção das assimetrias e desequilíbrios económicos e sociais ainda existentes nas suas várias regiões e concelhos; - Considerando por outro lado que a sua apresentação, conhecimento e debate das diferentes propostas e matérias que lhe estão associadas, dizem respeito a toda a população e igualmente aos seus representantes eleitos nos órgãos autárquicos e que não se pode, como parece pretender o Governo, numa visão centralizadora e pouco transparente, limitar essa discussão a uns quantos gabinetes e especialistas; - Considerando ainda o papel e a ligação que as autarquias locais tem na

definição das prioridades e na sua própria concretização: A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida no dia 26 delibera: 1. Manifestar ao Governo e aos Ministérios da Tutela a sua maior preocupação pela forma limitada e pouco participativa como tem sido apresentado o Quadro de Referência Estratégico Nacional e os próprios Programas Operacionais Regionais; 2. Exigir dos vários Organismos e Estruturas Governamentais uma informação detalhada, seja de âmbito nacional, mas sobretudo regional sobre os diversos projectos e verbas orçamentais do QREN e dos POR's". =====

===== *Para dar resposta às intervenções anteriores o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, que disse:* =====

===== *Eu primeiro iria dar a resposta ao Eng.º Paulo Alegria. Não vou falar da primeira questão que colocou; e, na segunda, relativamente à intervenção que iremos fazer em Santo António, vamos fazer uma intervenção este ano em Santo António. Temos já o projecto praticamente terminado, vai à reunião de Câmara brevemente e é para fazer este ano. Quanto à aquisição da Casa da Mercantil, adquirimo-la e está quase paga, é portanto propriedade da Câmara Municipal. Relativamente ao Parque de La-Salette, o Xará não deixou dúvidas, por isso mesmo passava à frente. Sobre a intervenção do Senhor Dr. Vieira Dias, a rua que está em obra, é um troço da rua, nós preparamo-la para cima, que na pedonização viemos da Rua dos Bombeiros e viramos para o lado de cima, era fundamental, porque o saneamento ali naquela zona era um saneamento muito antigo, ainda é manilha de grés, tem regos de rega muito bem feitos e que têm que ser eliminados, porque sabe que há muito esgoto que passava por debaixo das casas, que atravessava, por exemplo, a casa do falecido Senhor Osório. Já foi resolvido, resolvemos também dos sanitários públicos para cima, e era fundamental que acabássemos e fica toda a zona do jardim, toda a envolvente com o saneamento e a água preparado para o futuro. Queria também lhe dizer que relativamente ao problema das placas que existe, é um problema da autoridade também e é pena que a Guarda Republicana muitas vezes não actue e deve actuar, porque é um abuso. Tem lá placas para cargas e descargas, e com certeza que é dada prioridade aos vendedores do mercado e àqueles que vão lá levar produtos para os vendedores do mercado. Nós vamos chamar a atenção para os nossos fiscais também estarem mais em cima deste problema. Relativamente à Rua Padre Soares de Albergaria, em Cucujães, é a ponte que ruiu, a Ponte do Caniço, e que ruiu na altura das intempéries, daquelas chuvas mais fortes que descalçou na parte de baixo. Ainda não temos procedimentos especiais para estes casos de urgência devido às intempéries. Por vezes, quando há intempéries, talvez mais fortes do que estas, o Governo permite que nós façamos empreitadas por ajuste directo, porque é urgente a intervenção. Nós aqui tivemos que fazer também uma empreitada que vai ser adjudicada à Conduril, aguarda caução para se fazer o contrato e imediatamente começar a empreitada. Presumo que dentro de uma ou duas semanas estejamos já com a obra a andar. Relativamente à intervenção do Senhor Óscar Oliveira, eu queria-lhe dizer que quando fala de secretismo relativamente à biomassa, é ao contrário. Eu nunca senti secretismo nesta matéria. Só para esclarecer, em termos de implantação, em termos de local, porque aquele local não foi o primeiro apontado pela Associação de Terras de Santa Maria. Era na Vacaria, era no limite dos três concelhos, mas depois foi impossível, porque o proprietário de um terreno inviabilizava porque pretende fazer lá uma fábrica, pelos menos foi esse o motivo que apresentou. Só depois apareceu uma proposta para Carregosa. Isto tem sido debatido, inclusive penso que a sua proposta e a sua moção, mas principalmente a sua proposta para a Comissão de Acompanhamento, essa já foi feita em Carregosa e que poderá também ter alguém da Assembleia Municipal e doutros órgãos. Isso foi logo à partida aceite pelo promotor desta obra.*

Relativamente ao QREN, eu ouvi qualquer coisa relativamente ao QREN, mas entendi muito pouco sobre o que disse. Nós temos tido bastantes esclarecimentos sobre o QREN. Temos tido muitos esclarecimentos, temos ido a jornadas de discussão sobre o QREN e estamos a trabalhar no QREN. Com certeza que há-de vir a esta Assembleia o plano da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis com as suas propostas para o QREN. Claro que falta neste momento uma coisa que o Senhor não falou, e que é importante, que são os complementos do programa. O complemento do programa é que vai designar exactamente aquilo que cabe em cada agenda do QREN, aquilo que deve ser candidatado a determinada gaveta. Isso está feito, e posso-vos dizer que a Câmara Municipal já enviou uma primeira proposta, já enviou para o GAT e o GAT para a CCDR, porque é a CCDR que vai coordenar isto, e mandamos outra para a Grande Área Metropolitana do Porto. Tivemos já uma reunião, e como o QREN vai ter candidaturas, penso que lá para o fim do ano, temos de estar todos preparados para isso. Queria também lhe dizer sobre isso, que sabemos muito bem as matérias, foi-nos bem explicado como é que vai funcionar o QREN. Não vejo qual a preocupação. Sabemos que o Norte vai ter muito mais dinheiro do que teve anteriormente. Sabemos que o PIB na Região Norte, ou seja, o Norte não cresceu com o III Quadro Comunitário, não atingiu os níveis que devia atingir, mas posso-lhe dizer que o Entre o Douro e Vouga atingiu. Portanto, na minha óptica, a Câmara Municipal, a CCDR e a Grande Área Metropolitana do Porto, estamos a trabalhar para completar as nossas propostas acerca do QREN, que depois têm que ser mais afinadas com os complementos dos programas que estão já decididos. Relativamente ao prédio, já foi avaliado e já fomos visitar o prédio, e há outro em frente que está em pior situação e em que o proprietário já foi chamada à atenção, onde era o Pechão. Era esse? Eu pensei que era a do Senhor Alegria, mas já foram alertados para isso. Estamos precisamente à espera da resposta, tivemos a primeira resposta negativa, voltamos a insistir e é natural que não seja possível mais Pousadas da Juventude. =====

===== Retomando o uso da palavra, o Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Dr. Carlos Afonso, do PS. =====

===== Eu venho trazer aqui o assunto da biomassa. O Senhor Óscar já se antecipou, mas ao contrário da opinião dele, nada foi secreto. Aliás, até houve uma Assembleia Municipal exclusivamente para debater o assunto da Central de Biomassa. Portanto, de secretismo também não perfilho. É óbvio que neste assunto da Central de Biomassa houve aproximação com as populações, as populações ficaram ao corrente, o estudo de impacto ambiental foi transmitido às populações. Foi tudo às claras, que ninguém fique com dúvida que relativamente à Central de Biomassa o processo não foi claro. Se calhar noutras circunstâncias, nomeadamente na futura queijaria da Lactogal, a mesma transparência não se verificou. As populações queixaram-se, o estudo de impacto ambiental foi feito no mês de Agosto, em que passou tudo ao lado. Na Central de Biomassa isso não foi assim. Portanto, é nesta dicotomia de tratamentos que me choca, para umas situações ter sido dado tanto impacto e ouvir essas populações e para outras tal não se verificou. Ora, o que é que o PS fez? O PS teve reuniões com o Promotor, o PS teve reuniões com as populações e o PS deslocou-se ao local. E com base nisso, para que haja um acompanhamento e que haja tranquilidade e transparência para com as populações, vinha propor também uma Comissão. Mas se calhar não nos moldes que o Óscar aqui apresentou. A nossa Comissão era composta por seis elementos: dois elementos nomeados pela Assembleia Municipal, um pela Câmara Municipal, dois pela Assembleia de Freguesia e um pelo Agrupamento de Escolas. Entendemos que esta Comissão de Acompanhamento de funcionamento da Central de Biomassa iria dar transparência, iria dar segurança às populações, para haver um controlo efectivo de que as mesmas não seriam prejudicadas com a

instalação. Esta, no fundo, é a proposta do Partido Socialista relativamente à Central de Biomassa. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Nuno Pires, do PSD. =====

===== Esta minha intervenção tem duas matérias ao qual dou o maior destaque, mais concretamente a cultura e a juventude. Relativamente à cultura, é mais do que óbvia a aposta forte do nosso Município nesta matéria. No entanto, considero que esta aposta está ganha. Hoje assistimos a várias iniciativas de nome nacional, e o mais importante ainda é a aderência que estas têm proporcionado. É normal vermos hoje as salas cheias entre peças de teatro e concertos de música. O Ciclo de Primavera, que foi lançado pelo nosso Executivo, de ano para ano tem vindo a melhorar. É opinião unânime dos Oliveirenses, o que significa que deve continuar a ser uma aposta forte do nosso Executivo. Relativamente à juventude, venho a esta tribuna sugerir que a Câmara Municipal adopte uma estratégia mais forte na área das políticas de juventude do nosso concelho. Os jovens são o futuro do nosso concelho, do nosso País. Tal é a importância desta faixa etária, que a declaração do Senhor Presidente da República ontem, nas comemorações do 25 de Abril, foi dedicada a estes. É certo que o nosso Governo não tem estratégia para a juventude. E numa opinião bastante pessoal, considero que apenas temos um Secretário de Estado do Desporto e não da Juventude. Não se vêem novos projectos, novas ideias. A única coisa que lhe pedimos Senhor Presidente e Senhor Vereador, é para que não caia no mesmo marasmo em que está o Governo relativamente às políticas de juventude. Assim sendo, aqui deixo oito sugestões. Relativamente ao Festival da Juventude terei oportunidade de abordar esta matéria mais à frente. Sugiro a criação de uma Pousada da Juventude, que muito gosto tive em ouvir ali o Dr. a falar relativamente a esta matéria, porque há dias tive conhecimento da publicação da criação de sete novas Pousadas da Juventude no nosso País, e infelizmente Oliveira de Azeméis não estava contemplada nesta lista. Apenas como referência, seis destas pousadas serão instaladas em Municípios Socialistas. O cartão Jovem Municipal, para quando? Uma das minhas sugestões, e porque acho inconcebível que o preço de qualquer bilhete para assistir a uma peça de cultura seja taxado a 21%, é que este cartão permita melhores preços para os jovens. Porque não a criação de um Gabinete de Apoio ao Jovem Empresário? Num concelho empreendedor como Oliveira de Azeméis, seria útil um gabinete que apoiasse os jovens. Manifestando a minha total concordância com o desafio lançado pelo Senhor Presidente da Câmara na abertura da última Mostra de Actividades de Formação, penso que esta deverá ser alargada à Região de Entre Douro e Vouga. Até porque existem iniciativas semelhantes nos outros Municípios e assim seria criada uma grande mostra da região, aumentando as oportunidades. Uma das medidas a ser adoptadas pelo Município, poderá ser a selecção mensal de um jovem, que na área da música, da pintura, da escultura ou da fotografia, e podê-lo convidar a expor os seus trabalhos em várias salas que temos disponíveis aqui no nosso concelho, não só na cidade, mas também no concelho. A realização de um ciclo de conferências, à semelhança da iniciativa “À conversa com...”, com assuntos de relevo para os jovens. E como existe noutros Municípios, a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis poderá lançar um programa de habitação jovem. Todos temos consciência das dificuldades dos jovens em adquirir casa ou mesmo arrendar. Mas por falta de apoio do Estado, a Câmara Municipal poderia criar um programa de apoio para estes. Um dos aspectos que destaco e que penso que a Câmara deverá apostar ainda mais, é na informação. Hoje temos a funcionar vários espaços ligados e destinados a jovens. É importante que a informação passe, até para melhor funcionamento destes. A emancipação dos jovens portugueses é cada vez mais tardia. Em média,

um jovem assume a sua autonomia com vinte e nove anos de idade. Existem vários aspectos que contribuem para tal, como por exemplo: somos da União Europeia, o País que menos jovens licenciados têm; somos também na União Europeia, o País que mais jovens licenciados têm no desemprego. É um paradoxo muito triste e creio que a política autárquica deve tentar combater, à sua medida, a falta de políticas de juventude. Os jovens Oliveirenses contam com o apoio do Executivo. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Lino Ferreira, do PS. =====

===== A preocupação que hoje pretendo partilhar convosco prende-se com segurança para veículos e peões. Já há alguns anos que na popularmente conhecida como a curva do Zeca, no lugar de Carcavelos, em Santiago de Riba-Ul, em plena Estrada Nacional n.º 1 não há o mínimo de segurança para os peões passarem a pé, e mesmo para os veículos, o local é relativamente perigoso. Como provavelmente todos vocês conhecem, não há qualquer protecção lateral no lado direito, portanto da rua, no sentido de Santiago para Oliveira, o que além de ser assustador para quem lá passa, tem provocado alguns acidentes, felizmente até hoje sem vítimas mortais, e talvez por isso continue assim. Há uns tempos atrás, ia um peão nesse local e como nesse momento passou um camião no mesmo sentido, cruzando com outro veículo, o espaço não deu para os três e restou ao peão, que era o mais frágil, para não ser atropelado, lançar-se ao campo, de uma altura que rondará os três metros. É uma aventura para quem diariamente tem de passar por lá a pé. Mais recentemente foi um carro que caiu nesse campo, junto de uma fonte com água de qualidade que é muito procurada. Felizmente não estava nesse momento ninguém nessa fonte, nem em espera, o que evitou uma situação mais grave. Já se falaram de algumas soluções para aquele local, mas ainda não foi dado um passo decisivo para a obra necessária, que será alargar, criando uma passagem para peões. O que eu peço ao Senhor Presidente, é que se empenhe na resolução deste problema, que é grave e merece por parte da Autarquia um tratamento adequado. Estamos a falar da Estrada Nacional n.º 1. Muito obrigado pela vossa atenção. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Arqt.º Jorge Rosa, do PSD. =====

===== Muito boa noite a todos. Eu venho falar do Ciclo da Primavera, mas não do Ciclo da Cultura, curiosamente também com responsabilidade idêntica do mesmo Vereador. Venho falar do trabalho que foi muito bem feito, na minha opinião, que não via ser feito na cidade há bastantes anos da forma como foi este ano, que foi o trabalho de poda de todas as árvores, ou se quase todas as árvores, se não todas, das árvores que fazem parte das nossas ruas, particularmente na freguesia de Oliveira de Azeméis. O trabalho foi muito bem feito, na General Humberto Delgado foi com prazer que vi serem plantadas mais algumas árvores da mesma espécie das existentes naquela alameda. Na confluência da Rua Simões dos Reis com Eduardo Paúl, ali no cruzamento do Sherlock mais concretamente, porque é mais fácil para localizarem, finalmente foram podados os arbustos que fizeram com que um problema que era da responsabilidade, não do Senhor Vereador Prof. Albino, mas do Vereador Dr. Ricardo Tavares, do trânsito. Finalmente temos os semáforos visíveis naquele local. As árvores são bem-vindas, são necessárias, têm que lá estar. A equipa dos jardins fez uma excelente poda, excelente no positivo sentido da palavra e hoje temos semáforos e árvores em boa formação. Além de ser a Câmara a plantar árvores na nossa cidade, é com agrado que vejo também a Fundação La-

Salette, associada à Câmara Municipal, a plantar bastantes árvores na nossa cidade, particularmente no Parque de La-Salette. Quando chegamos à Praça José da Costa, os Oliveirenses vêm para os jornais manifestar o seu desagrado, particularmente no que aconteceu, que foi tardio na minha opinião, a substituição das duas ou três tílias em frente à Farmácia Falcão, por tílias de idêntico porte e a crescerem de uma forma equilibrada, conjuntamente com todas as outras tílias dessa praça. Assim, eu que estou “associado negativamente às árvores”, venho dar os parabéns à Câmara Municipal pelo trabalho feito, pela coragem com que o tem vindo a fazer e também lamentar que todos os Vereadores da Câmara Municipal não estejam em consonância no que diz respeito à participação da Câmara com a Fundação La-Salette. Aproveito também, e porque já falei dos semáforos, para congratular a Câmara porque agora vemos os semáforos a boa distância, o que se reflecte numa medida boa para toda a gente, impedindo algumas desatenções que aconteciam. Eu que neste local pedi à Câmara Municipal para que fossem colocados sinais sonoros nos semáforos, é também com agrado que nesta reformulação da sinalização luminosa está presente também o sinal sonoro para os peões, particularmente para os invisuais. Assim, bom trabalho e um bom Ciclo de Primavera, e que continuemos a cortar quando for preciso, a substituir os velhos pelos novos quando for preciso e a plantar muitos novos, porque é isso que é preciso. Obrigado. ===

===== O Senhor Presidente da Mesa concedeu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== Bom, relativamente à questão da Central de Biomassa e a Comissão que o Dr. propôs, não me quero meter nisso, mas eu acho que devia ter uma representação maior da população de Carregosa, devia ter uma representação mais forte de Carregosa. Relativamente ao licenciamento, ao decorrer do licenciamento da Proleite, vou pedir ao Dr. Ricardo para lhe dar alguns esclarecimentos relativamente a essa matéria, sobre o problema do estudo do impacto ambiental, etc. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Dr. Ricardo Tavares, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal. =====

===== Relativamente à questão do Dr. Carlos Afonso quanto à não transparência do processo da Lactogal, eu quero referir que quanto ao estudo de impacto ambiental ele foi submetido a discussão pública e quem quis participar na discussão pública participou, e inclusivamente o PS chegou a apresentar a sua proposta relativamente ao estudo de impacto ambiental. Só para dizer que a CCDRN não esteve de acordo com a sugestão apresentada pelo PS. A transparência existiu e por isso esteve sujeito a discussão pública. A própria Câmara também levantou algumas questões relativamente ao estudo de impacto ambiental, que foram respondidas pela CCDRN. Quanto ao processo da Central de Biomassa, como já foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara, houve a maior transparência, houve uma Assembleia Municipal temática, o Senhor Presidente da Câmara Municipal já se deslocou duas vezes a Carregosa com o Promotor do projecto para vários debates sobre esta matéria, e todo o esclarecimento foi feito relativamente a isto. Quero aqui dizer que o projecto já foi licenciado pela Câmara Municipal. =====

===== O Senhor Presidente da Câmara Municipal continuou a sua intervenção: =====

===== *Relativamente à intervenção do Senhor Pires, quero-lhe dizer que o programa da juventude e da cultura, todos nós conhecemos e não vamos estar a adiantar mais relativamente a esta matéria. Fez várias propostas que iremos estudar, analisar, mas é preciso ter recursos para isso. Uma proposta que fez, que foi o Cartão Jovem, que já está em implementação na Câmara Municipal e brevemente será apresentado. Por isso mesmo, não estamos parados com a Juventude. Quanto à Pousada da Juventude, vamos esperar, vamos aguardar, pode não ter tido oportunidade, mas ainda pode vir a ser contemplada Oliveira de Azeméis. Relativamente à Mostra de Formação, Oliveira de Azeméis foi o primeiro Município do Entre Douro e Vouga a começar com esse evento. Eu também fiz uma proposta na minha intervenção e que agradou muito aos expositores, que se fizesse esta Mostra de Formação mais tempo e com a participação de todos os Municípios, porque penso que é perder recursos: São João da Madeira faz dois dias antes de nós, Santa Maria da Feira faz um dia antes e coincide no segundo dia com o nosso. Torna-se até muito difícil para as Universidades e para os Institutos, participarem em todas as Mostras de Formação. Eu penso que as Mostras de Formação são extraordinariamente positivas, quer para os Pais, quer pelos Alunos, quer por exemplo também para as Universidades e Institutos que se dão a conhecer, que se mostram. Vejo os alunos muito interessados, é só ver o número de alunos que percorreram a Mostra na Escola Ferreira de Castro, é sempre forma das próprias Associações de Empresários de verem o que existe e os alunos também verem o que é que existe em termos de emprego. Penso que isso é importante. Relativamente à intervenção do Lino Ferreira, nós temos um projecto de recuperação da EN1. Ainda não está totalmente executado, está executado aquela parte do limite de S. João da Madeira à Margonça, da Margonça à Ponte de Cavaleiros, isto foi por tranche. Agora iremos com certeza continuar, porque temos projecto para terminar a EN1. Foi feito outro troço do lado de Travanca, portanto de Travanca até aos Lacticínios. Temos projecto e temos contrato-programa, é uma obra para continuar. Relativamente à questão que colocou em relação à falta de segurança, nós vamo-nos antecipar à obra e vamos colocar lá uns rails. Ao Arqt.º Jorge Rosa, só lhe posso agradecer as palavras e vamos continuar a trabalhar. =====*

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====*

===== *Na sequência da intervenção do Arqt.º Jorge Rosa, que fez alusão a divisões dentro da Câmara Municipal, do Partido Socialista. Os Senhores Vereadores do Partido Socialista solicitaram-me um esclarecimento, se o Senhor Arqt.º Jorge Rosa quisesse aprofundar aquilo que quis dizer, pois eles não perceberam. Julgo que se calhar era interessante podermos esclarecer, para dar continuidade. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Arqt.º Jorge Rosa, do PSD. =====*

===== *Eu falei dos Senhores Vereadores, não disse quais, e aquilo que me trás aqui é a importância do Parque de La-Salette e da Fundação acima de tudo e de qualquer coisa. A Câmara Municipal tem a obrigação de participar nesse processo, tem a obrigação de contribuir, e muito, para o Parque de La-Salette. Era só isso que eu queria dizer. =====*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Nuno Jesus, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca. =====*

===== *Senhor Presidente da Câmara, eu vou iniciar esta minha intervenção por lhe fazer*

um agradecimento, que é agradecer-lhe a decisão que teve em fazer avançar a Rua do Outeiro, ou melhor o alargamento e a remodelação da Rua do Outeiro, em Travanca, por empreitada, pedindo-lhe ainda que fizesse, com a maior brevidade possível, andar o projecto e o processo, que é uma das maiores necessidades da freguesia de Travanca. De seguida, queria-lhe falar na Rua Ápio Assunção que, como o Senhor sabe, derrocou no passado mês de Dezembro. Parece-me que já há duas soluções na Câmara: uma, proposta pelos técnicos; e outra, proposta pela Junta em consonância com um privado, um proprietário que se dispôs a dar a mão-de-obra. Eu pedia-lhe também rapidez na decisão, porque é uma necessidade. Depois queria-lhe lançar aqui um alerta, já o fiz várias vezes por escrito, o Senhor sabe bem disso, inclusive já passou por lá muitas vezes, que é a Rua de Santo António, uma parte da Rua de Santo António que ameaça derrocar. Nós estamos agora a entrar num período de tempo seco, embora hoje em dia não possamos prever essas situações, mas se as intempéries, as próximas intempéries, quer venham cedo, quer venham tarde, forem fortes, aquela rua vai mesmo cair. Depois, Senhor Presidente queria deixar aqui uma reflexão e um pedido também, que se refere nomeadamente à questão da localização das antenas das operadoras de telemóveis e também dos outdoors de publicidade. Só para que todos fiquem um pouco mais elucidados, eu conheço uma freguesia, não do nosso concelho, de um concelho não muito próximo mas também não muito longínquo, posso dizer que é Vouzela, que é uma freguesia mais pequena do que a freguesia mais pequena do Município de Oliveira de Azeméis, com menor número de habitantes e com menor número de eleitores, portanto recebe menos em termos de Fundo de Financiamento de Freguesias do que a freguesia mais pequena do Município de Oliveira de Azeméis. No entanto, a Junta de Freguesia recebe das operadoras de telemóveis e também das operadoras de rádio, mais de € 30.000 (trinta mil euros) anuais de aluguer de espaço para a instalação dessas antenas. O pedido que eu deixo à Câmara Municipal, e porque eu sei e nós todos sabemos que a Câmara Municipal tem que se pronunciar sempre sobre a localização das antenas, é para que em futuras instalações vejam nas freguesias onde as operadoras se querem instalar, se porventura a Junta de Freguesia não terá por ali um terreno perto, para que o dinheiro dessas rendas não vá encher os bolsos de algumas pessoas que eventualmente não precisem desse dinheiro, mas que possam ser canalizados para a causa pública. Era só um pedido. Em relação aos outdoors de publicidade, exactamente a mesma coisa. Nós vemos por aí que são colocados outdoors de publicidade em terrenos privados, com certeza que os privados querem dinheiro por lá estarem e eventualmente as freguesias, e até mesmo o Município junto às estradas municipais possam canalizar esses dinheiros. Depois, Senhor Presidente queria-lhe falar aqui num assunto pelo qual eu estou desagradado, e diria até bastante desagradado, que é nomeadamente a A32. Então, vou fazer um bocadinho de história, e infelizmente só tive acesso a essa história hoje. No dia 09 de Maio de 2006 foi aprovado em reunião de Câmara um estudo prévio, que prevê a ligação da EN 224 à futura A32, e segundo esse estudo novamente a passar por Travanca, novamente a retalhar Travanca, e segundo consegui apurar prevê a demolição de casas. No dia 10 de Maio de 2006, eu sou informado pelos jornalistas, porque me perguntam se eu tenho conhecimento desse estudo. Na altura, fiquei com a ideia que esse estudo tivesse sido proposto pelas Estradas de Portugal. No dia 16 de Maio, segundo constatei hoje por um e-mail enviado pelo Senhor Dr. Ricardo Tavares, que no dia 16 de Maio de 2006, é enviado às Estradas de Portugal, com indicação da aprovação nessa reunião de Câmara esse estudo. E depois, sei que também no dia 30 de Junho de 2006, apesar de informalmente, esse estudo foi aceite pelas Estradas de Portugal. Eu tive conhecimento de todas estas informações, porque em devido tempo, é certo que não há muito, enviei um ofício ao Senhor Director de Estradas de Aveiro, a perguntar qual era o ponto da situação. Como normalmente gosto de informar quem está logo a seguir, esse e-mail foi enviado ao Director de Estradas de Aveiro com conhecimento da Câmara Municipal.

Eu já estive em contacto com a Direcção de Estradas de Aveiro e fui-me dito que brevemente me iria ser enviada uma resposta por escrito. A Câmara Municipal antecipou-se e enviou-me essa resposta e eu fiquei atónito ao saber que esse estudo tinha sido feito pela Câmara Municipal. Agora eu pergunto: porque é que a Junta de Freguesia não foi ouvida aquando desse estudo? Antes disso, gostaria de dizer que não estou contra as vias de comunicação, eu estou contra aos prejuízos que elas causam antes de serem feitos, durante a execução delas e depois aqueles que não são rectificadas depois delas serem executadas. Infelizmente eu tenho pontos desses prejuízos que ficaram por rectificar, tanto no IC2 como na Variante à Estrada Nacional 224. Aqui a minha indignação é porque é que a Junta de Freguesia não foi ouvida, porque é que o Senhor Presidente me ocultou essa informação. Eu repito que na altura fiquei com a ideia de que esse estudo tinha sido proposto à Câmara pelas Estradas de Portugal. Fico mais indignado agora ao saber que afinal esse estudo tinha sido proposto pela Câmara Municipal às Estradas de Portugal, à revelia da Junta de Freguesia de Travanca e da Assembleia de Freguesia de Travanca, que inclusivamente na última Assembleia me questionou sobre esse facto. Queria que o Senhor Presidente me esclarecesse porque é que nós não fomos ouvidos, porque, volto a repetir, eu não sou contra as vias de comunicação, sou contra é aos prejuízos que elas implicam, e depois também sou contra a falta de atenção que as “entidades superiores”, após, que se calhar deveriam ter mais com a freguesia e não têm. Neste caso, permita-me que refira a Câmara Municipal, Estradas de Portugal e outras. Tenho dito, muito obrigado pela atenção. ==

===== Seguidamente, o Senhor Presidente concedeu o uso da palavra ao Eng.º Filipe Carvalho, do PSD. =====

===== No passado dia 16 de Maio de 2006, foi inaugurado o 1.º Troço das Vias Estruturantes, troço 4. Neste momento, estão concluídos o troço 5 e 6 e já é bem visível a construção do troço 7. Estes três troços vão ser de grande importância para as nossas freguesias a poente, pois permitirão um rápido acesso à zona industrial sem a necessidade de passar no centro da cidade. As Vias Estruturantes irão permitir desenvolver mais o nosso concelho, pois sem boas acessibilidades o desenvolvimento económico poderá ficar comprometido. Tenho a certeza que todos os Oliveirenses estarão de acordo com a importância destas infra-estruturas, mas para mim, e penso que para todos, o troço 07 será o mais importante, uma vez que finalmente a passagem de nível da Abelheira será encerrada evitando os acidentes graves, infelizmente bem conhecidos. Com a abertura destes novos troços e com a introdução dos parquímetros na cidade, espero que possamos ter uma cidade mais apetecível para passear, contribuindo assim para o desenvolvimento do comércio tradicional. Para finalizar, gostaria de colocar duas questões ao Senhor Presidente da Câmara Municipal: 1- Para quando a conclusão do troço 07? 2- Qual o ponto da situação dos restantes troços? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS. =====

===== Eu queria colocar aqui algumas questões ao Senhor Presidente da Câmara, e a primeira delas tem a ver, tem a ver também com o relatório de contas, está lá, mas como isto é uma informação, constatei nesse mesmo relatório que a Câmara Municipal tinha uma dívida para com um tal Marcelo Rebelo de Sousa. Penso que estaremos todos a falar do mesmo Dr. Marcelo Rebelo de Sousa. Gostava de saber a que é que se deveu esta contratação de um serviço ao Dr. Marcelo Rebelo de Sousa. Outra questão que eu gostava de colocar tem a ver

com o Centro Vidreiro e com a nafta que lá existia, e que tanto quanto pude apurar da leitura dos jornais, a Câmara Municipal que se comprometeu a removê-la do local, uma vez que o gestor da massa falida, digamos assim, não tinha essas capacidades. Portanto, que a Câmara iria assumir essa incumbência, se já está resolvido esse problema, era muito importante que assim estivesse, porque é um problema de saúde pública que se coloca ali naquele local. Também em relação ao Centro Vidreiro, aproveito para falar sobre o espólio do mesmo, e também constatei nos jornais que a Câmara Municipal já terá adquirido, já terá em sua posse o espólio. É um bom sinal, e é um sinal que ouviu pelo menos os reparos e as achegas do Partido Socialista nesse sentido, que atempadamente apelou à tomada de posições da Câmara nesse sentido, e acho que o fez bem e a Câmara fez bem em agir da forma como agiu. Uma última questão, e só porque nós Membros da Assembleia Municipal do Partido Socialista assumimos um compromisso na Assembleia Municipal, nomeadamente naquela Assembleia Municipal específica dedicada à luta contra a erradicação da pobreza, de fazer chegar ao Lar Pinto de Carvalho o valor das nossas senhas de presença, tanto os Membros da Assembleia Municipal do PS, como os Presidentes de Junta do PS e os Vereadores do PS, entregaram ao Lar Pinto de Carvalho a quantia de € 1.144,96 (mil cento e quarenta e quatro euros e noventa e seis cêntimos). Portanto, para sermos correctos, foi um compromisso nosso e já fizemos chegar ao Lar Pinto de Carvalho, e esperamos, e temos a certeza, que seja bem aplicado. Era importante dar essa nota, para que as pessoas percebam que não foi um compromisso vão, foi um compromisso efectivo e está resolvido. Obrigado. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Marcial Santiago, do PSD. =====

===== Um dos assuntos que me traz hoje aqui já foi por mim abordado na última Assembleia e tem a ver com o Hospital S. Miguel e, mais concretamente, com o Serviço de Urgências. Faz hoje precisamente um ano que o Hospital S. Miguel recebeu a visita do Senhor Ministro da Saúde e, de momento, a única promessa cumprida foi a do encerramento da Maternidade o que, aliás, ocorreu no dia e hora marcado. É minha preocupação, e certamente de todos os Oliveirenses, a situação de impasse em que se encontra o Serviço de Urgências no nosso Hospital. Nuns dias avança, noutros recua. O Senhor Presidente da Câmara afirmou, também nesta Assembleia e em resposta à minha interpelação, que estava bastante complicado o início das obras no Hospital. Recentemente ocorreram mudanças na Administração Regional de Saúde. Para concluir este assunto, permito-me colocar ao Senhor Presidente da Câmara duas perguntas: Ainda continua complicado o início das obras? Que diligências entretanto foram feitas por V. Ex.a para a sua resolução e qual a situação actual? O outro assunto que quero abordar refere-se ao Novo Mapa Judiciário, projecto que está em debate público. Sobre este assunto, que também poderá afectar os Oliveirenses, permito-me colocar a V. Ex.a, Senhor Presidente da Câmara, as seguintes questões: Se a Autarquia foi ouvida sobre o assunto e se é do conhecimento da Câmara o projecto em causa e, em caso afirmativo, quais as perdas para a Comarca. Outra das minhas preocupações prende-se com o previsto encerramento pelo Governo da República do 2.º e 3.º Serviços de Finanças do Concelho, localizados nas freguesias de Cucujães e Nogueira do Cravo. Com mais este encerramento de Serviços Públicos, mais de metade da população do concelho é afectada, o que lhes vai causar incómodos e prejuízos. O Partido Social Democrata congratulou-se com a criação e instalação daqueles serviços no concelho, facto que ocorreu em 1984, fruto da reivindicação das populações e hoje, passados que são cerca de 26 anos, assistimos, impávidos e serenos, ao seu encerramento. Senhor Presidente e Caros Colegas: Estaremos condenados a assistir, de forma resignada, aos ataques

à liberdade de imprensa e à destruição de muitos serviços públicos, direitos conquistados com a Revolução de Abril? Para onde vai a democracia de valores, da tolerância e do pluralismo? A última questão que quero colocar ao Senhor Presidente da Câmara está relacionada com as Forças de Segurança, particularmente com a Guarda Nacional Republicana, cujas instalações definitivas para o Quartel, em Cesar, estiveram prometidas e que hoje ainda não passam de meras promessas. Temos conhecimento que a Câmara Municipal já fez investimentos com vista à construção das respectivas instalações. Pergunto-lhe, Senhor Presidente: Para quando o Quartel da Guarda Nacional Republicana? Qual o montante já investido pela Autarquia? Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== Queria responder ao Nuno Jesus, e quanto ao agradecimento não há nada a agradecer, nós temos que resolver o problema de carências, é o nosso trabalho. Relativamente à Rua Ápio Assunção, ela vai ser lançada por empreitada, não vamos fazer por administração directa, vai ser por empreitada. Esta semana o projecto vai ficar pronto e vamos lançar a empreitada na próxima semana. Quanto à Rua de Santo António, eu hei-de ir lá ver o local e ver a ameaça da rua ou mandar lá os técnicos. Localização de antenas, quando se aperceberem as Juntas de Freguesia de que andam lá a perspectivar colocação de antenas, é ver se há algum terreno da Junta de Freguesia, ou até do Município, e a gente vê se é indicado ou não indicado para a instalação da antena. Se for, lá estaremos nós também a negociar com o operador. Relativamente aos outdoors, eu acho que as freguesias podiam dar uma colaboração à Câmara, sugerindo locais precisamente para os outdoors, porque há outdoors que são colocados onde nos pedem, os funcionários vão lá e acredito que os Presidentes de Junta conhecem melhor a freguesia, conhecem melhor os resultados, e possam prever melhor os resultados do outdoor neste ou naquele lugar. Relativamente à A32, eu tenho impressão que há aqui confusão relativamente à A32. O que nós fizemos, é que a A32 começava exactamente onde começou o IC2. O início da A32 era no início do IC2 em Oliveira de Azeméis. Quando fomos discutindo, analisando e escolhendo a proposta, não estivemos a ver onde era o início exactamente. Mas verificamos mais tarde, a equipa da Revisão do PDM verificou mais tarde que havia uma interrupção entre o IC2 e a Variante que existe hoje. Portanto, onde começava a A32 não começava no nó que dá para a Variante que vai a Loureiro e Loureiro/ Estarreja. Então os nossos técnicos do PDM fizeram um estudo e uma proposta e apresentaram no Gabinete de Planeamento das Estradas de Portugal. Ainda hoje não sabemos se esta solução vai ser efectivamente a utilizada pela concessionária, porque ainda não está decidido na totalidade o negócio entre a concessionária e o Estado, o Secretário de Estado das Obras Públicas. Eles é que se esqueceram de fazer isso. Nós temos uma proposta, mas eles podem arranjar outra, mas eu mando-lhe a proposta para ver o que é que ficou proposto por nós. Relativamente a esta questão, é isso que posso dizer e não há intenção de esconder absolutamente nada, muito menos de uma Junta de freguesia, pode haver o lapso no tempo próprio, enquanto nós não tivemos solução e que ainda não temos definitiva, não transmitimos à Junta de Freguesia, porque podia ser um risco que eles anulassem e não quisessem seguir nada do que a Câmara Municipal propôs. Relativamente ao troço 07, para responder ao Filipe Carvalho, é uma obra de grande envergadura em termos de acessibilidade, tem um investimento de € 1.113.000 (um milhão cento e treze mil euros), vai completar as Vias Estruturantes de nascente para poente da zona industrial, ou seja, o Troço 07 vem até ao fundo da Misericórdia onde vai ter uma rotunda e vai

ligar ao Troço 06 e ligará depois ao Troço 05, que é o que sai acima do Carpan. Depois, o trânsito circulará aproveitando-se a rotunda dos Pinhos e Ribeiros, portanto toda a parte que vá para poente ou até mesmo para sul, vai ter essa via que vai ser uma via essencialmente muito importante para o escoamento do trânsito da zona industrial, que evitará a subida da Rua Mestre Guilherme e outras. Mas irá ter uma finalização que é para ligar à EN1, à antiga EN1 e depois irá atravessar mais um bocado, a distância é pequena ali, mas iremos ligá-la à EN1. Em relação à intervenção do Helder, a questão que pôs da dívida ao Dr. Marcelo Rebelo de Sousa, ele tem um Gabinete de Advocacia e dá pareceres. Isto de certeza absoluta que foi de um parecer que nós lhe pedimos. Vou-lhe dizer qual é o parecer, vou ver se me lembro porque já lhe pedimos mais do que um. Eu penso que este parecer é relativamente à interpretação do nosso PDM relativamente à Reserva Ecológica, e foi para resolver o problema da Fase IV da Via do Nordeste, que só não está ainda totalmente resolvido, porque nos falta ainda a libertação da RAN, está liberada a REN e também foi aprovado pelo Secretário de Estado o RIP, falta-nos agora uma coisa que é costume ser mais rápido, mais célere e é que está a demorar mais. Penso que na próxima reunião da RAN vamos ter o problema resolvido. Relativamente ao Hospital de S. Miguel, tive uma reunião, e além da reunião também fizemos um ofício à Administração Regional de Saúde do Centro, que tenho aqui uma cópia. Posso ler aqui “em resposta ao ofício de V. Exa. mencionado em epígrafe, cumpre-me informar que o projecto de requalificação do edifício que se encontra desactivado para instalar a nova Urgência e Unidade de Cuidados Continuados, está em fase de elaboração do respectivo projecto, sendo previsível que o mesmo esteja completo no final de Junho deste ano”. Portanto, no final do próximo mês julgam que está o projecto terminado. Continuando “queriam-nos empenhados na resolução desta situação e conscientes de que, em articulação com esse prestigiado órgão autárquico, conseguiremos encontrar a solução condigna”. O problema é encontrar o dinheiro depois para as obras. Há dinheiro para a parte dos Cuidados Continuados, mas para a Urgência já vai ser um bocado mais difícil. É esta a informação que eu tenho. Relativamente ao mapa judicial, deslocamo-nos a Lisboa, estivemos com o Senhor Secretário de Estado, em que nós queríamos saber, porque não sabíamos, nada foi dialogado connosco. Isto ainda está um bocado atrasado, ainda está em análise, há estudos que ainda não estão totalmente bem interpretados e decididos. O Senhor Secretário de Estado garantiu-me que o Tribunal de Oliveira de Azeméis não iria perder, não iria ficar diminuído. Há uma hipótese até de alguns outros serviços virem para o Tribunal de Oliveira de Azeméis. Entretanto, aproveitei para deixar uma proposta nossa, de algumas questões que entendemos que são pertinentes, porque falamos também com o pessoal do Tribunal, principalmente com a Secretária, pusemos-lhe o problema da desfuncionalidade que o edifício tem e até propusemos a ajudar em algumas soluções, porque há salas de audiência que não funcionam face ao ruído, salas de audiência que não têm o mínimo de condições para fazer julgamentos. Há uma até onde não fazem julgamentos. Por isso mesmo, nós estamos em consonância com estes problemas que o nosso Tribunal tem, e estamos abertos a colaborar. Relativamente às Finanças, é uma realidade de que tive conhecimento através do Director Distrital, que vai encerrar as Finanças de Nogueira do Cravo e de Cucujães. Portanto, relativamente às Forças de Segurança, não temos ainda notícia absolutamente nenhuma. Veio uma notícia num jornal que eu li e que dizia que a Polícia viria para Oliveira de Azeméis, estou à espera de uma audiência para discutir esta matéria e também se procurar sensibilizar a nível de quartéis, porque Cucujães e Cesar estão mesmo sem condições absolutamente nenhuma, e nós compramos um terreno no valor de vinte mil contos, que está na zona industrial, precisamente destinado ao Quartel de Cesar e que não está a ser utilizado para nada, e que já o compramos há uns quatro ou cinco anos. Penso que está tudo. =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedida a palavra ao Senhor António Godinho, Presidente da Junta de Freguesia de Santiago de Riba-Ul.* =====

===== *Estive neste local em Fevereiro, na última Assembleia Municipal. Apresentei-lhe situações graves que se passam na freguesia de Santiago de Riba-Ul, tais como: o arranjo das Ruas Cercal e Salgueiro, saneamento em algumas das ruas da freguesia. Nessa ocasião, foi dito pelo Senhor Presidente da Câmara que logo que o tempo o permitisse, especialmente a Rua do Cercal iria ser reparada. O tempo tem colaborado, mas especialmente a Rua do Cercal, mesmo tendo sido enviados vários ofícios a sua Exa. Senhor Presidente, de alguns danos que têm sido causados pelo não arranjo da respectiva estrada, nada foi feito até hoje. Quanto ao saneamento, também gostaria mais uma vez, se fosse possível Senhor Presidente, que me desse alguma informação especialmente do saneamento do Troncal ao lugar da Igreja. Para terminar, para reforçar a intervenção do Lino Ferreira, quanto à ponte do Zé da Curva, estamos à espera que hajam mortos para então se fazer aquilo que há tantos anos já se deveria ter feito. O Senhor Presidente acabou de dizer que se vão colocar uns rails, mas os rails já lá estiveram Senhor Presidente, mas devido à largura que tem a estrada, na primeira hora em que são colocados desaparecem. Só é possível resolver aquela situação quando se fizer uma obra de fundo, que é executar o projecto como o Senhor Presidente acabou de dizer, que já existe há alguns anos, e dinheiro também, que a Câmara já recebeu dinheiro para fazer essas infra-estruturas. Para terminar, digo que se calhar já se teria executado aquela obra se tivesse havido um bocadinho de boa vontade político. Muito obrigado.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor António Grifo, Segundo Secretário da Assembleia Municipal.* =====

===== *Só para agradecer a todos os que se interessaram pelo meu recente estado de saúde, o meu muito obrigado; e, àqueles que acompanharam de perto a minha recuperação, o meu bem-haja. Muito obrigado.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Como é evidente, nós fomos acompanhando aqui também o estado de saúde do nosso Segundo Secretário, e fomos sempre torcendo para que tudo corresse bem e parece que correu tudo muito bem.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS.* =====

===== *Antes de mais boa noite a todos Eu não vou particularizar especialmente ninguém, a boa noite é mesmo para toda a gente, porque é uma forma de economizar tempo com o que é acessório para ter tempo para falar do que é fundamental. Eu queria começar por uma questão prévia, quero dizer que vou falar de três assuntos de forma muito breve neste Período de Antes da Ordem do Dia. Vou falar de Parque de La-Salette, Políticas de Juventude, Bairro de Lações, e vou passar uma penada em dois assuntos que tem a ver com o Mapa Judiciário e Forças de Segurança por motivos óbvios, mas quero fazer uma questão prévia, à qual não posso e acho que não devo furtar. Tem a ver com uma pergunta que foi formulada por um Membro desta Assembleia e à qual o Senhor Presidente de Câmara respondeu de uma forma que me parece que só pode ter sido por um exercício de bom humor, e portanto não quero entender de outra*

forma. Tem a ver com a pergunta que foi feita a propósito de um crédito do Senhor Prof. Marcelo Rebelo de Sousa. O Senhor Presidente respondeu que ele é jurista e que até tem um escritório de advogados. Não é dessa qualidade certamente que emerge este crédito, porque são vários os juristas presentes nesta sala e que também têm um escritório de advogados, e pelo menos que eu tenha conhecimento ou que conste do Relatório de Actividade e Contas no Município, nenhum deles é credor do Município, e portanto, não é dessa qualidade que emerge o crédito com certeza absoluta. Quando eu digo que é por exercício de bom humor, tem a ver com o facto do Senhor Presidente da Câmara referir o seguinte “não acha que isso é querer saber de mais?”. Senhor Presidente, disse isto certamente por brincadeira, não quero entender de outra forma. De qualquer forma, e por uma questão de prudência, só lhe quero lembrar o seguinte: é que este é o Órgão que fiscaliza a actividade do Executivo Municipal, e portanto pode fazer, ressalvo, todas as perguntas. E fazer todas as perguntas nunca é demais, é o exercício de um dever de todos estes eleitos e é um exercício do correspectivo dever de V. Exa. dar a melhor resposta a todas elas. Portanto, quando estamos a falar de uma verba que não é tão irrisória quanto isso, falamos de € 12.500 (doze mil e quinhentos euros), esta Assembleia e os Oliveirenses têm o direito de saber em que é que foram gastos, o que se destinaram a pagar, e V. Exa. tem, como já referi, o correspectivo dever de responder. Feita esta nota prévia - Parque de La-Salette. Eu quero começar por sossegar algumas mentes dizendo o seguinte: o PS, pelo menos o PS de Oliveira de Azeméis, está sempre, mas sempre, a favor do Parque de La-Salette. Para nós o Parque é uma questão que quanto à sua importância para o concelho de Oliveira de Azeméis é indiscutível, não vamos discutir sequer. Quanto à Fundação, o PS estará contra sempre que tiver que estar, e estará a favor sempre que essa for a atitude mais razoável. Portanto, que fiquem sossegadas todas as mentes, e que fique tudo esclarecido, para que não haja a este propósito mais qualquer dúvida. Foi aqui referido e parabenizado uma série de atitudes, nomeadamente a parceria que tão bem tem funcionado entre a Câmara Municipal e a Fundação La-Salette. Eu quero uma vez mais chamar as coisas pelos nomes, porque é assim que deve ser. É que o que tem funcionado entre a Câmara Municipal e a Fundação La-Salette não é uma parceria. Uma parceria, é um contrato pelo qual cada um contribui com uma parte, e pode haver mais do que um contribuidor. O que a Câmara Municipal tem sido em relação à Fundação La-Salette, e é bom que se esclareça isso de uma vez por todas e que não reste qualquer dúvida na mente de nenhum Oliveirense. A Câmara tem sido o único e exclusivo financiador da Fundação La-Salette, portanto é isso que Câmara tem sido. Estaremos aqui para acompanhar qualquer outro Membro desta Assembleia, parabenizar a Fundação La-Salette, a Câmara Municipal ou qualquer outra entidade que o faça, no dia em que, no que toca ao Parque de La-Salette, a Estalagem tenha uma vocação definida e em funcionamento; quando a Casa das Heras e a parte nova destas obras estiver definitivamente concluída e a funcionar. Estaremos aqui para parabenizar o responsável, quando o Parque de La-Salette voltar a ser aquilo que faz parte do que é o imaginário colectivo de Oliveira de Azeméis, ou seja, um Parque predominantemente verde. E aqui, quero salientar um particular alerta, já o fiz noutras circunstâncias, que é o apelo ao bom senso, ao respeito daquilo que é de todos, que é o Parque de La-Salette. Não nos podemos esquecer que, e isso não é mérito, pelo contrário, e também não é de mérito do Município as acções de vandalismo de que o Parque tem sido vítima sistematicamente. Portanto, quero deixar um alerta para toda a comunidade, eu bem sei que nestas coisas é sempre o mais difícil é identificar responsáveis. Agora faço um apelo a toda a comunidade para que actos destes não continuem a envergonhar todos e cada um de nós. Quero fazer também um reparo quando a maioria do PSD, aqui na voz de um Deputado desta Assembleia, se choca cada vez que ouve uma crítica. Bem sabemos que o verbo criticar, propor ou sugerir, não é propriamente um verbo normalmente conjugado por esta Bancada. O verbo

mais facilmente conjugado nesta Bancada é o verbo congratular, e sempre, sempre, na primeira pessoa do plural. Eu quero dizer que é uma manifestação de um enorme espírito democrático a que ainda ontem apelou, eu volto a repetir o Nuno Pires, o nosso Presidente da República: conviver bem com a crítica e com a Oposição. E não nos devemos incomodar com os articulistas, que no uso de todas as suas faculdades e direitos de cidadania opinam sobre a nossa terra, pelo contrário. Devemos, se calhar, aproveitá-los para connosco gerir a coisa pública, e porque não, por exemplo, convidar alguns deles para integrar os Órgãos da Fundação La-Salette. É uma sugestão. De qualquer forma, para finalizar este assunto que é Fundação La-Salette, eu quero desde já adiantar que na próxima, ou numa das próximas Assembleias Municipais, a Bancada do Partido Socialista nesta Assembleia Municipal, vai apresentar um trabalho de análise que já está a ser preparado com algum detalhe sobre o assunto Fundação La-Salette, porque é um assunto de particular importância, que envolve muito dinheiro, que detém neste momento grande parte da gestão daquele que é o coração verde da nossa cidade, e portanto merece de nós o cuidado e o detalhe com que estamos a preparar este trabalho. Políticas de Juventude: foi aqui referido por um outro Membro desta Assembleia que este Governo não tem políticas de juventude, nem tem um Secretário de Estado de Juventude. Eu quero lembrar ao Nuno Pires, aliás vou fazer uma coisa que é muito do meu agrado, que é citá-lo. Foi o Nuno Pires que referiu que este Governo tem anunciado um enorme número de construção de Pousadas de Juventude. É tão grande, que com este Governo vai duplicar as que existiam no País. Quanto à falta de políticas de juventude, eu aconselho o Nuno Pires, que é um jovem todo afecto às novas tecnologias, uma consulta em www.gov.pt, e depois a seguir é só clicar na janela da Secretaria de Estado da Juventude, e vai ter muito com que se entreter, vai ter muita informação para analisar. Mas de qualquer forma a intervenção do Nuno Pires teve a vantagem de me sugerir uma questão importante, eu já não sou propriamente muito jovem mas também não sou assim tão velha, e portanto também tenho o direito de me interessar por políticas de juventude. E a pergunta que isto me sugeriu é a seguinte: quando é que reúne o Conselho Municipal de Juventude? Uma vez que isto nunca aconteceu até agora. E pergunto isto, porque isto sim, isto é Política Municipal de Juventude. De qualquer forma e para finalizar a questão de Políticas de Juventude, quero dizer ao Nuno Pires que curiosamente nunca registei nenhuma intervenção deste género vinda dele, que já então era jovem e que já então era Membro desta Assembleia Municipal, quando até há dois anos atrás tinha o Secretário de Estado da Juventude aqui mesmo à mão, a presidir a todas e a cada uma das Sessões da Assembleia Municipal, às quais o Nuno Pires, que me recorde, nunca faltou. - Bairro de Lações: há tempos atrás, há cerca de um mês, fui alertada por uma série de residentes naquela zona, que me pediram um alerta para a situação caótica em que viviam. Desloquei-me propositadamente lá no mesmo dia em que me alertaram para o facto. Esta minha deslocação foi amplamente noticiada com testemunhos fotográficos num dos jornais regionais do concelho, em que se dava conta de uma situação quarto mundista: esgosto a céu aberto, verdadeiro lago de escorrências absolutamente nauseabundas, com tanto mosquito e com tanto verme que ladeava, que parecia um cenário verdadeiramente dantesco. Chamei a atenção para este facto, chamei a atenção para que aquilo que foram em tempos caixas de saneamento dos pré-fabricados que lá existiram, estavam todas, todas, desprotegidas, portanto abertas, sem nada, com capacidade algumas delas para engolir um homem. Eram inúmeras as crianças, este é um cenário repetido diariamente, que por ali brincavam. Foram retirados os pré-fabricados da zona em que se encontravam há tempos atrás como todos temos conhecimento, aquilo que eram as sapatas de ferro que os suportavam, continuam lá com todo o tipo de destroços. Foi-me comunicado, não tenho nenhum motivo para duvidar, que esta situação já havia sido denunciada inúmeras vezes e pelas mais diversas formas à Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis, quer pessoalmente,

quer por escrito. E tanto a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis estava inteirada deste facto, que já por lá tinham andado uns fiscais ou funcionários, cito as pessoas que me reproduziram estes factos. E mais ainda, há uma coisa da qual eu não tenho dúvidas: é que de facto a Câmara Municipal tinha conhecimento disto, até porque uns tempos antes, lembro-me que numa das peças do Roteiro de Inclusão do Senhor Presidente da República Professor Aníbal Cavaco Silva, incluiu uma visita, por ocasião do aniversário, ao Lar Pinto de Carvalho, na qual eu estive presente, e nessa altura havia sido feita uma limpeza, não obstante se notar um mau cheiro, havia sido feita uma limpeza. Portanto, estranhamente constatei, cerca de uma semana depois deste facto ter sido noticiado, o Senhor Presidente da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis em entrevista, salvo erro, ao “Diário de Aveiro”, que costumo ler com alguma atenção, referiu que não tinha conhecimento deste facto. Portanto, Senhor Presidente, para que V. Exa. jamais possa alegar que tem conhecimento ou não deste facto, estou a fazê-lo aqui em sede própria, para lhe dizer que jamais sossegaremos enquanto aquela situação não estiver resolvida, tenhamos que ir até onde for necessários. Quero-lhe dizer também, se Azeméis se apregoa com Vida, não é aquela Vida que nós queremos para Oliveira de Azeméis. Dois aspectos, de forma particular a propósito de Mapa Judiciário e de Forças de Segurança, são esclarecimentos que quero dar não obstante nenhuma pergunta me ter sido dirigida, porque acho que por dever de ofício tenho a obrigação de os dar. Mapa Judiciário, o Senhor Presidente da Câmara referiu que a Câmara Municipal não foi ouvida. Foi sim senhora, se não fosse mais por iniciativa do Senhor Presidente que no final da semana passada estive reunido com a Secretaria de Estado da Tutela. Entretanto, o Senhor Presidente da Câmara referiu algumas coisas com alguma imprecisão, e que tem a ver com o seguinte: quando disse “a decisão ainda não está completamente tomada”, isto é impreciso. Não é a decisão não está completamente tomada, não está tomada nenhuma decisão. Isto é que é o correcto. O que existem neste momento são dois estudos, sendo que aquele que é mais vezes publicitado é da responsabilidade do Laboratório de Engenharia da Faculdade de Ciências e Tecnologias da Universidade de Coimbra, e faz propostas. Umas se calhar com maior acuidade, outras com menor acuidade, mas isto sem nenhum tipo de desprimor para os respeitáveis Técnicos de Engenharia que os subscreveram, tem como critério muitos mais valores numéricos do que outros tipos de rácios que são importantes na análise de matérias como esta. Às vezes fazem-se análises por necessidades desta ordem, baseadas em número de população, em área geográfica, e nós sabemos que as necessidades das populações não as mesmas, consoante é o mesmo o número de população e a área geográfica envolvida, porque sabemos “sui generis” como é o território nacional e com a variedade com que o conhecemos, há que atender a outro tipo de requisitos, nomeadamente às realidades que se vivem no terreno, para poder melhor decidir. É isso que está a ser feito neste momento. A Ordem dos Advogados, do ponto de vista nacional e distrital, tem tomado algumas posições a este propósito. As Secretarias dos principais Tribunais, nomeadamente Tribunais de Círculo, estão a ser ouvidas a este propósito, e portanto, vamos aguardar. Eu tenho estado particularmente atenta, por motivos que facilmente se compreenderão: por um lado, porque é a minha área de actividade profissional; por outro lado, porque é essa uma das minhas áreas de especialidade parlamentar, e portanto tenho estado a seguir o assunto com todo o cuidado. Repito: ainda não há nenhum tipo de decisão a esta matéria, que será tomada a seu tempo. Sempre e quando tiver mais informação que considere absolutamente relevante, fornecê-la-ei voluntariamente. Quanto às Forças de Segurança, nos últimos tempos foram tornadas públicas muitas imprecisões, alguma ignorância e muitas, muitas, barbaridades. E uma delas foi já referida aqui esta noite e tem a ver com o facto de um determinado jornal, não foi um foram vários, terem noticiado, não sei qual foi a fonte, é pena que a não tenham citado, que viria Polícia para Oliveira de Azeméis. Presumo que quem falou

de Polícia, falasse de PSP, porque é assim que nós costumamos distinguir entre PSP e a Guarda. PSP não vem para Oliveira de Azeméis, é claro, a proposta que está neste momento em cima da mesa de decisão de reorganização das Forças de Segurança no território nacional é absolutamente clara, e tem a ver com uma solução de continuidade. Este é o princípio básico, ou seja, em concelhos, porque há muitos neste País, que têm simultaneamente GNR e PSP, como é o caso de Sintra por exemplo, onde na mesma rua um dos lados tem responsabilidade de circunscrição da PSP, outro dos lados da mesma rua tem responsabilidade de circunscrição da GNR. Facilmente se percebe que isto não é praticável, porque depois o que acontece é que quando há um problema, não vai a GNR porque diz que quem tem que ir deve ser a PSP, e esta não vai porque era a outra que teria que ir. Isto tem de ser racionalizado de uma vez por todas. Portanto, o princípio é o da continuidade. Em zonas de circunscrição onde o maior número for da GNR, ficará só a GNR e a PSP vai reforçar outras zonas onde maior número de circunscrições seja da PSP. Como sabemos, Oliveira de Azeméis é um Destacamento Territorial da GNR, nunca teve PSP, e portanto essa solução de continuidade manter-se-á. A decisão de reorganização é clara, nunca foi outra, e portanto tudo aquilo se publicitou diferente disto é perfeita barbaridade. No que toca àquilo que são os quartéis da GNR, nós sabemos, temos todos a noção da enorme, da vergonhosa precariedade de condições em principalmente dois dos quartéis, que é Cucujães, como sabemos, e Cesar. Já aqui foi referido que a Câmara Municipal investiu alguns milhares de contos na compra de um terreno em Cesar, para a construção de um futuro quartel da GNR. Eu quero salientar o seguinte: a Câmara fê-lo, e em minha opinião não me parece que o tenha feito mal, mas fê-lo com certeza sobre promessa de um outro qualquer Governo, porque a aquisição não foi feita no tempo do actual Governo. Sem escamotear nenhum tipo de responsabilidades para ninguém, o que é certo é que nós não temos um novo quartel. Neste momento, no que toca ao estudo e decisão de reorganização e reestruturação das Forças de Segurança, há vários prazos calendarizados. Um dos prazos que está neste momento em curso, tem a ver precisamente com a reformulação do Mapa Territorial das Unidades de sede de cada uma das Forças de Segurança. Quero referir que no que toca à GNR, que é aquilo que nós temos de Destacamento Territorial, está em curso o prazo para que estruturas intermédias e superiores da Guarda se possam pronunciar sobre ele, nomeadamente para elencar as maiores necessidades, e sobretudo para as superiorizar no tempo. Feito que seja este estudo, haverá decisão política de construção de novos quartéis. Quero referir, como é do conhecimento da generalidade das pessoas, e para quem não é passa a ser, o Secretário de Estado que tem esta tutela específica, nomeadamente do equipamento, é como sabemos um conterrâneo nosso aveirense, que está atento, quanto mais não seja porque, pelo menos eu e se calhar estou certa que não sou a única, não o deixamos em paz com esta matéria. Portanto, decorrido que seja este prazo, vai ser estudada a possibilidade de decisão de construção, não só deste, não só em Oliveira de Azeméis, mas certamente em outros sítios onde são necessários. Acabei, não quero dar mais nenhum esclarecimento a este propósito. Queria só relembrar o Senhor Presidente da Câmara para algumas das perguntas que já lhe foram formuladas, e que certamente por esquecimento dele não obtiveram resposta. Uma delas, entre outras, que me parece fundamental e que não obteve resposta, tem a ver com a pergunta que lhe foi feita a propósito da nafta no Centro Vidreiro, pela natureza do que está em causa, e sobretudo pela perigosidade da substância de que estamos a falar. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Ápio Assunção, Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos. =====

===== *Em primeiro lugar, queria pedir desculpa de não ter respondido ao problema da nafta do Centro Vidreiro, e também não falei noutra coisa que a Senhora Dra. podia ter focado ali. Não falei também no espólio do Centro Vidreiro, recuperado pela Câmara Municipal. Como são coisas que para mim já estão efectuadas, o Município tem o espólio guardado, está debaixo da nossa alçada. Não tem grande importância que falhe uma explicação. Quanto à nafta, vou pedir ao Prof. Albino para dar a explicação, porque isso deu muito trabalho e deu muita celeuma e sempre a atacar a Câmara erradamente perante alguns órgãos de comunicação social. Como é que nós tínhamos possibilidade de entrar numa propriedade privada, fazer despesa. Custa muito dinheiro retirar de lá a nafta, e com um processo de insolvência com massa falida? Nós vamos explicar como é que fizemos.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal delegou a palavra ao Senhor Vereador Prof. Albino Martins, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Efectivamente o processo arrastou-se mais do que esperávamos. Até este momento não tivemos culpa de que ele se arrastasse e podemos garantir que está por poucos dias a limpeza, felizmente. Inicialmente, como o Senhor Presidente disse, não tínhamos possibilidade de o fazer, nem aquilo era fácil. Actuamos judicialmente, como devíamos de actuar. Foi o Tribunal que por mais do que uma vez actuou junto da massa falida, para obrigar à limpeza, e só quando o Tribunal chegou à conclusão que não havia dinheiro para fazer, há bens mas não há dinheiro, a limpeza, então por último o Tribunal pôs-nos a questão, e foi há muito pouco tempo, foi só quando a comunicação social deu a notícia de que a Câmara iria limpar. Isto foi à relativamente pouco tempo. Começamos a desenvolver o processo que está a chegar ao fim. O processo não é fácil, porque são cerca de € 30.000 (trinta mil euros) o orçamento que temos para a limpeza. Penso que dentro de uma semana, no máximo, teremos as condições para a limpeza ser feita.* =====

===== *O Senhor Presidente da Câmara Municipal, continuou:* =====

===== *Relativamente a outras questões que a Senhora Deputada colocou, eu queria-lhe dizer que sinto pena de falar dessa maneira, relativamente ao Parque de La-Salette. É porque despreza muitos dos que contribuem para o Parque e que já contribuíram, não só com dinheiro, porque não se contribui só com dinheiro para o Parque, mas vi muitos dias, e muitos sábados, muitos homens a trabalhar naquele lago e nas obras que hoje estão feitas. Portanto, eu acho que devemos também de agradecer a esta gente, que não têm dinheiro como outros têm, mas pelo menos têm vontade de ajudar o Parque de La-Salette. Disse que eu não fui muito preciso relativamente ao contacto com o Senhor Secretário de Estado da Justiça. Acredito que a Senhora Dra. sabe muito mais do que eu nessa matéria, tem a obrigação de saber, mas eu não disse aqui nenhuma imprecisão. Há decisões já tomadas relativamente a certas estruturas do Tribunal; há outras que ainda não estão tomadas, mas em certas estruturas do Tribunal estão tomadas e são novas. As circunscrições, por exemplo, são uma coisa nova, assim como as Casas da Comarcas, mas isto está decidido. Agora onde vai ser ainda não está decidido, mas o que já existem decisões relativamente a certas estruturas para funcionamento dos Tribunais, existe. Só quero também dizer uma coisa, eu ri-me um bocado e disse aquilo relativamente ao nome do Prof. Marcelo, porque se surgisse aí assim uma conta ao nome do Prof. Sampaio era a mesma coisa. Podia também ser uma factura do Prof. Sampaio, porque ele também dá pareceres. Era só. Respondendo ao Senhor Godinho, quero-lhe dizer que relativamente ao arranjo da Rua do Cercal tem toda a razão. O tempo já melhorou, mas já voltou a chover e nós continuamos com*

esta obra elencada. Faz parte do nosso programa e vamos executá-la. O saneamento, nós vamos fazer primeiro o de Vila Cova, o concurso está feito, está adjudicado, e brevemente arranca o trabalho. Sobre a ENI, queria-lhe dizer que não temos dinheiro, temos um contrato-programa assinado, que nos permite fazer candidaturas ao Eixo3, mas o Poder Central entra com 50% e a Câmara Municipal tem que entrar com outros 50%. Não há dinheiro. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Vamos então dar seguimento. Dar nota que temos em cima da Mesa várias propostas, uma que foi apresentada pela CDU e outra oralmente, estas duas foram orais, relativamente à questão da Central de Biomassa pela CDU e pelo Dr. Carlos Afonso, e relativamente a essa matéria, eu registei depois dois pedidos de palavra: um do Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa, e outro do representante da CDU, do Óscar Oliveira. Ficou no ar, porque depois o Senhor Presidente da Câmara também na resposta que deu, o Dr. Carlos Afonso fez uma outra proposta, manifestando abertura para a integração de mais pessoas ou menos pessoas. Portanto, neste momento não há nenhuma proposta concreta em cima da Mesa. O que há, são intervenções orais relativamente à questão de uma Comissão de Acompanhamento ou de uma Comissão que acompanhe, mas eu não sei acompanhar o quê, porque nós ainda estamos numa fase de licenciamento, e sabemos também que na própria Assembleia de Freguesia de Carregosa, também este assunto já foi discutido e já foi aqui informado de que havia uma Comissão que localmente acompanhava esta matéria. Eu chamo só a atenção, relativamente a esta questão, do seguinte: estas matérias que têm a ver com energia estão na ordem do dia, e nós temos vindo aqui a colocar um conjunto de dificuldades e de entraves, e as barreiras têm vindo a ser ultrapassadas etapa após etapa, mas também com muita persistência de quem está a investir relativamente a esta matéria. E chamo só a atenção que, não tem muitos dias, eu, não numa zona do País aqui perto da nossa, mas eu tive a oportunidade de ver Municípios vizinhos a disputarem a instalação de Centrais de Biomassa, ou seja, nós temos vindo aqui sucessivamente a colocar dificuldades atrás de dificuldades, quando há outros Municípios que chamam os investidores e que dizem “venham cá fazer”. Eu chamo só a atenção para isso, porque nós estamos a falar de uma matéria muito sensível, estamos a falar de um conjunto de cuidados que é preciso ter, como é evidente, mas não vamos querer aqui ser mais papistas dos que o Papa relativamente a esta matéria, porque se não um dia destes os investidores chateiam-se e depois ficamos todos aqui a chorar sobre o leite derramado. Vamos ser concretos e objectivos relativamente a esta matéria. Eu vou dar a palavra ao Senhor Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa e de seguida ao Senhor Óscar Oliveira, para ver se conseguimos ter uma proposta concreta, para podermos votar e decidir em conformidade.

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Diamantino Melo, Presidente da Junta de Freguesia de Carregosa. =====

===== Antes de mais queria agradecer ao Senhor Óscar Oliveira e ao Dr. Carlos Afonso, a oportunidade até que me deram para vir falar, porque senão não teria feito. Começo por falar ao Senhor Óscar Oliveira, que efectivamente aqui focou o aspecto da aquisição do terreno ter sido feita com algum sigilo. Na realidade isso aconteceu, por meio de uma agência imobiliária que não disse ao vendedor, não declarou, que efectivamente era para construir uma Central de Biomassa. Depois de adquirir o terreno, tudo se tornou transparente, porque efectivamente teve de apresentar à Câmara Municipal a localização, e a Câmara Municipal, por sua vez, também apresentou à Junta de Freguesia a localização e tudo passou a ser transparente. É natural, e é

verdade, que houveram pessoas que na Freguesia se movimentaram um pouco contra, não porque contestassem a central, mas sim porque a proximidade com as populações assustava-os e porque existia também algumas pessoas, que eu não sei se seriam competentes para falar dessa matéria, mas que por vezes iam assustar as populações. É evidente que a Junta de Freguesia viu-se um pouco preocupada com isso, e solicitou à Câmara Municipal explicações sobre essa matéria, pediu ao promotor que realizasse algumas reuniões na Freguesia, para que a população tomasse conhecimento do que ia acontecer e ao mesmo tempo fizesse as perguntas que muito bem entendesse. Não se conseguiu um consenso generalizado de toda a população. A Junta ficou sempre um bocadinho preocupada com a situação e está preocupada, mantém alguma reserva sobre tudo o que possa vir a acontecer, embora tenha a confiança de que quer a Câmara Municipal, através dos seus Técnicos, quer um estudo de impacto ambiental que o promotor mandou realizar, tudo indica que efectivamente a área serve perfeitamente e não prejudica as populações. Ao Senhor Carlos Afonso, também lhe quero agradecer da mesma forma, a forma como colocou o problema. Até lhe posso dizer Senhor Dr., que a Junta de Freguesia está talvez mais preocupada do que o Senhor, porque efectivamente vive diariamente o contacto com as populações. Lembrar aqui o seguinte: efectivamente a Assembleia Municipal tem todos os poderes para constituir a Comissão que muito bem entender. Por proposta do promotor, e eu agora adianto aquilo que se passou em Carregosa, ele pediu que a Junta de Freguesia procurasse encontrar ou promover uma Comissão de Acompanhamento da Central de Biomassa, não na sua fase de construção, mas sim logo que começasse a laborar. E porquê? Para evitar que aqueles que dizem em qualquer lugar que a central não é para queimar resíduos florestais, mas sim outros resíduos. Naturalmente que perante isso, a Junta de Freguesia, em colaboração com a Assembleia de Freguesia, decidiu, e penso que bem, agora numa das próximas Assembleias em que vai reunir, elaborar uma Comissão constituída por alguns elementos da Junta, alguns elementos da Assembleia de Freguesia e população residente na área da construção da Central de Biomassa. Isso é o que vai ser apresentado na Assembleia de Freguesia. É evidente que a Assembleia Municipal também pode, naturalmente é um Órgão independente e pode constituir uma Comissão. Sinceramente, tantas Comissões, tanta gente à volta da mesma coisa, parece-me que será exagerado. Não quero dizer com isto, perante aquilo que ouvi aqui hoje, eu possa transmitir na Assembleia de Freguesia que se vai reunir muito brevemente, que a Assembleia Municipal gostaria de ver alguém da Assembleia Municipal integrada nessa Comissão e até alguma Associação Ambientalista que exista no concelho. Portanto, isso é um recado que eu levo. Não quero com isto dizer que não se faça aqui a dita associação, podem fazê-la, eu apoio-a naturalmente. Nós Carregosenses, e eu na qualidade de Presidente da Junta, estamos naturalmente preocupados e vamos fazer o melhor que podemos e sabemos, e até por incentivo do próprio promotor, de que a associação possa fazer o acompanhamento do que vai acontecer com a central, de maneira a que prejudique o menos possível as populações. Dá-me a impressão que o Senhor Óscar acusou aqui a Câmara Municipal de algum sigilo, mas Senhor Óscar Oliveira eu posso-lhe garantir que estive no processo desde o princípio, não estou aqui a defender a Câmara, que não é verdade. A Câmara Municipal sempre esteve tão preocupada como nós no local da Central da Biomassa e da forma como o processo se desenvolveu. Por isso, não vejo razão absolutamente nenhuma para que se acuse aqui a Câmara de que tenha tido um procedimento menos correcto em relação à central. Ficaria por aqui, e agradeço uma vez mais aos dois Senhores que falaram da central. Ainda não se iniciou a construção, se calhar estamos-nos a antecipar. O Senhor Dr. Ricardo acabou por dizer que ela estava licenciada, mas eu ainda não vi movimento nenhum para a construção, embora a comunicação social nos diga que ela no princípio de 2008 vai avançar. Tudo leva a crer que sim, e acredito que sinceramente assim seja, mas assustarmo-nos ou melhor tomarmos

já providências cautelares, naturalmente que se calhar são bons conselheiros tomá-las antes de, mas também tomá-las antes de efectivamente da central arrancar, parece-me prematuro de maneira a que eu não estou preocupado com isso. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Óscar Oliveira do PCP-PEV. =====

===== Penso que foi importante a explanação superficial de todo este processo em relação à instalação. Aliás, todos se recordam porque passou as várias iniciativas promovidas por uma Junta e por outras, e a participação da população em relação aos problemas do impacto ambiental que poderia trazer para as populações. Eu estou de acordo com a proposta do meu Colega do Partido Socialista. O número poderá ser um pouco exagerado, agora eu acho que não deve passar só pela Assembleia de Freguesia, porque a Central de Biomassa irá abranger os concelhos da Associação de Municípios Terras de Santa Maria, ou seja, quatro ou cinco concelhos (Santa Maria da Feira, Arouca, Vale de Cambra, São João da Madeira e Oliveira de Azeméis). Eu penso que a Comissão não deverá abarcar estes Municípios. Agora, eu acho que como está instalada numa freguesia que faz parte do Município de Oliveira de Azeméis, deveria ter uma Comissão mais alargada, não dois da Assembleia mas um da Assembleia. Eu honestamente não tenho aqui nenhuma proposta, não tenho, podia ser uma coisa vista neste processo, que ainda dá tempo, aquilo que vem na comunicação social é que os objectivos é que a sua iniciação, a sua instalação, poderá ser a partir de Janeiro de 2008. ===

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Já todos percebemos, eu peço desculpa de interromper, que já está criada ou que vai haver uma Comissão em Carregosa, que tem a população residente próxima do local da instalação, tem Membros da Assembleia de Freguesia e da Junta de Freguesia. O Senhor Presidente da Junta manifestou disponibilidade da Assembleia Municipal poder integrar essa mesma Comissão, se assim posso depreender das suas palavras. Agora compete à Assembleia Municipal decidir quantos Membros da Assembleia Municipal é que integrarão essa Comissão, que terá a sua sede de funcionamento em Carregosa. Sendo certo que há disponibilidade da Junta de Freguesia, ficamos satisfeitos. Agora, saber se é um Membro de cada força política, se é menos, eu peço aos Senhores Líderes de Bancada que se reúnam e façam uma proposta em conjunto, que eu acho que este assunto é muito importante e é muito interessante que se tenha uma posição consensual para não estar aqui a dizer que a minha proposta é maior do que a tua ou menor do que a tua. Que rapidamente se entendam relativamente ao número de pessoas da Assembleia Municipal que vão integrar esta Comissão. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Isidro Figueiredo, Líder da Bancada do Partido Social Democrata. =====

===== Eu por princípio tinha pensado que não havia grande utilidade na criação de uma Comissão própria da parte da Assembleia Municipal. Atendendo à proposta e indo ao encontro das palavras do Senhor Presidente da Assembleia, eu acho que faz sentido que haja apenas uma Comissão, a que já está no local próprio constituída. A minha proposta, com a concordância do Partido Socialista, seria de dois elementos desta Assembleia, eventualmente um por cada Partido, e então passaríamos a quatro a integrar essa Comissão. Seria em concreto esta nossa proposta. =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse:* =====

===== *Então cada força política indica um elemento para fazer parte desta Comissão. Senhor Presidente da Junta de Freguesia, vai ao encontro das suas expectativas? Esta gente vai ajudá-lo seguramente a defender melhor os interesses da população de Carregosa. Muito bem, está ultrapassada a primeira situação aqui apresentada. Temos mais dois votos de louvor e uma moção. O voto de louvor à Equipa de Futsal Azeméis, pela subida ao escalão maior de Futsal do Distrito de Aveiro; e, o segundo voto de louvor tem a ver também com a parte desportiva, é relativamente a um ciclista do concelho de Oliveira de Azeméis, Vítor Rodrigues, que tem uma carreira extraordinária e teve agora uma vitória numa prova de um circuito mundial. Portanto, são dois votos de louvor relativamente à matéria desportiva. Julgo que não há discussão relativamente a esta matéria.* =====

===== *Colocado à votação o voto de louvor à Equipa de Futsal Azeméis, pela conquista do título de Campeões da II Divisão Distrital de Futsal, foi o mesmo aprovado por unanimidade.*

===== *Colocado à votação o voto de louvor ao Ciclista Vítor Rodrigues, pela vitória de uma Etapa no Circuito da Taça das Nações, foi o mesmo aprovado por unanimidade.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal continuou:* =====

===== *A moção que aqui tenho foi apresentada pela CDU. O Senhor Óscar Oliveira teve a oportunidade de a ler e prende-se com o Quadro de Referência Estratégico Nacional. Passo a citar: “A Assembleia Municipal de Oliveira de Azeméis, reunida no dia 26 delibera: 1. Manifestar ao Governo e aos Ministérios da Tutela a sua maior preocupação pela forma limitada e pouco participativa como tem sido apresentado o Quadro de Referência Estratégico Nacional e os próprios Programas Operacionais Regionais; 2. Exigir dos vários Organismos e Estruturas Governamentais uma informação detalhada, seja de âmbito nacional, mas sobretudo regional sobre os diversos projectos e verbas orçamentais do QREN e dos POR’s”. Julgo que não há discussão, o Senhor Óscar apresentou, podemos votar.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS.* =====

===== *De forma muito rápida, eu até costumo a aceder às moções propostas pelo Senhor Óscar Oliveira, mas eu relembro aqui aquilo que já foi dito a este propósito pelo Senhor Presidente da Câmara. Em primeiro lugar, nunca, como nesta altura, a Associação Nacional de Municípios foi tão ouvida sobre esta matéria. O Senhor Presidente da Câmara já informou esta Sessão Plenária de quem tem estado a acompanhar, que tem toda a informação e negociação necessária com os Órgãos do Governo. Portanto, uma vez que a Câmara, é ela própria a manifestar e eu estou e acordo, porque para além do mais é de consulta fácil, é muita informação é certo, mas é de consulta fácil, portanto parece-me não haver necessidade estarmos a votar uma moção com este fim. Era só, obrigado.* =====

===== *O Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV, manteve a moção.* =====

===== *Colocada à votação a moção apresentada pelo Senhor Óscar Oliveira, foi a mesma chumbada por maioria, com vinte e oito abstenções dos Membros do Partido Social*

Democrata, do CDS/PP, Presidentes das Juntas de Freguesia de Macieira de Sarnes e Fajões, quinze votos contra do Membros do Partido Socialista e um voto a favor do Membro do PCP-PEV. =====

===== *Após todas as intervenções e esclarecimentos dados, o Senhor Presidente da Mesa deu como terminado o “Período de Antes Da Ordem Do Dia”.* =====

===== **PERÍODO DA ORDEM DO DIA (ART.º 20º DO REGIMENTO)** =====

===== *Seguindo os trabalhos, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, deu início ao Período da Ordem do Dia.* =====

===== **Ponto um:** *Apreciação da informação escrita do Senhor Presidente da Câmara acerca da actividade e situação financeira do Município.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentado um “dossier” exaustivo dando a conhecer todas as actividades realizadas pela Câmara Municipal, assim como a situação financeira do Município.* =====

===== *De seguida, o Senhor Presidente da Assembleia abriu as inscrições para a discussão deste primeiro ponto, registando-se o pedido de inscrição do Senhor Helder Simões.* =

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS.* =====

===== *Da análise dos documentos que sustentam este ponto da Ordem de Trabalhos, temos logo nas páginas iniciais o trabalho existente nos Gabinetes de Atendimento ao Município, situados no edifício da Câmara Municipal, Pinheiro da Bemposta e Cucujães. Sendo o da Pinheiro da Bemposta deslocado das instalações da Junta de Freguesia, podendo residir nessa distância o motivo da sua pouca actividade. Estes serviços, sendo úteis, não cobrem o território do Município na sua plenitude, pelo que urge pensar numa solução mais adequada para que os cidadãos não tenham necessidade de efectuar grandes deslocações para tratar de assuntos relacionados com a actividade municipal. Nesse sentido, sugiro aqui publicamente, até porque já tinha sugerido ao Senhor Presidente noutros momentos, que a Câmara Municipal estude uma solução que possa protocolar com as Juntas de Freguesia, com o intuito destas, principalmente as que já possuem atendimento ao público em horário normal, possam prestar estes serviços com recurso às novas tecnologias de informação. Estou certo que os custos seriam muito escassos e se prestaria um melhor serviço à comunidade. No entanto, outra situação que durante este período em análise que decorre desde a última Assembleia Municipal, e que deixou a Bancada do PS bastante perplexa, é que por um lado se apregoa a necessidade de controlar as despesas para se cumprir a nova Lei das Finanças Locais, e no dia 22 de Março, está aqui uma cópia do anúncio publicado no jornal, o Senhor Presidente assinou um despacho para abertura de um concurso público para a contratação de um Técnico Superior Assessor, com formação em Inovação e Políticas de Desenvolvimento. Estou certo que nos informará sobre a necessidade deste posto de trabalho, que será remunerado em € 1.993,18 (mil novecentos e noventa e três euros e dezoito cêntimos), bem como qual a pessoa seleccionada no referido concurso. É só. ==*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Eu quero dizer, relativamente à primeira questão, que já estamos a estudar e que vamos alargar para as Juntas de Freguesia. É uma Técnica Superior, que é da Universidade de Aveiro e que já estava a trabalhar na Câmara Municipal na Revisão do PDM. Como ela é especializada nessa matéria, nós resolvemos abrir o concurso, foi a única que concorreu e ficou.*

===== *A Assembleia Municipal apreciou e tomou conhecimento da referida informação.*

===== **Ponto dois:** *Apreciação e votação dos documentos de prestação de contas/ 2006.*

===== *Pela Câmara Municipal, foram apresentados para aprovação, nos termos da al. e) do n.º 2 do art.º 64.º da Lei 169/ 99, de 18 de Setembro, na redacção da Lei n.º 5-A/ 2002 de 11 de Janeiro, os documentos de prestação de contas, que são: 1 Balanço, 2- Demonstração de resultados, 3- Mapas de execução orçamental: a) Mapa do controlo orçamental da despesa; b) Mapa do controlo orçamental da receita; c) Mapa da execução anual do Plano Plurianual de Investimentos; d) Mapa de execução do Plano de Actividades Municipal; e) Mapa de fluxos de caixa; f) Mapa de contas de Ordem; g) Mapa de Operações de tesouraria; 4- Anexos às demonstrações financeiras: a) Caracterização da entidade; b) Notas ao balanço e Demonstração de resultados; c) Mapa do activo bruto; d) Mapa das Amortizações e reintegrações; e) Mapa síntese de Imobilizações e amortizações; f) Mapa das participações da entidade; g) Mapa síntese das reconciliações bancárias; h) mapa dos resultados financeiros; i) Mapa dos resultados extraordinários; j) Mapa das modificações do Orçamento da Receita; k) Mapa das modificações do Orçamento da Despesa; l) Mapa das modificações do PPI; m) Mapa das transferências correntes da despesa; n) Mapa das transferências de capital da despesa; o) Mapa das transferências correntes da receita; p) Mapa das transferências de capital da receita, q) Mapa dos activos de rendimento variável; r) mapa dos empréstimos; s) relação nominal dos responsáveis; t) Mapa da contratação administrativa; u) Mapa de outras dívidas a terceiros; 5- Relatório de Gestão; 6- Proposta de Aplicação do Resultado, os quais se encontram integralmente elaborados e vão ficar arquivados em pasta anexa a este livro de actas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *O Executivo a que presido encarou o exercício 2006 particularmente sensível ao contexto macroeconómico e às condicionantes da envolvente, numa lógica de rentabilização de recursos, assentando em dois pilares essenciais: - Por um lado, na definição de objectivos para o ano 2006; e - Por outro lado, numa partilha desses mesmos objectivos pela estrutura Municipal, implementando para o efeito a Gestão por Objectivos e Avaliação de Desempenho. Foram definidos cinco grandes objectivos económico-financeiros que, apesar de ambiciosos, foram atingidos muito satisfatoriamente, revelando o sucesso das medidas e metodologias postas em prática, apesar do quadro de restrição orçamental que se impunha para este exercício. Dos cinco objectivos económico-financeiros fixados para o exercício de 2006, foram plenamente atingidos três e os restantes, não o tendo conseguido em termos absolutos, a sua evolução pode-se considerar francamente positiva atendendo, ao seu crescimento sucessivo histórico, ao objectivo ambicioso e aos factores exógenos que condicionaram as rubricas envolvidas. Nomeadamente, no que respeita aos custos com o pessoal, que foram fortemente*

influenciados pelo agravamento da taxa da Caixa Geral de Aposentações em 3 pontos percentuais (10%²⁰⁰⁵ => 13%²⁰⁰⁶), aumento ainda não previsto acontecer aquando da fixação dos objectivos 2006. No exercício 2006, os Custos Globais do Município foram reduzidos em 21,4%, representando uma redução de € 7.445.637 (sete milhões quatrocentos e quarenta e cinco mil seiscentos e três e sete euros). Sendo de destacar: Ao Nível dos Custos com Pessoal: - Redução de 26 colaboradores ao serviço da Câmara Municipal; - redução de 51,6% do trabalho extraordinário; - redução de 64,8% dos custos com trabalho em regime de turnos, fruto de uma reestruturação profunda ao nível das equipas operativas; - redução de 34,1% de ajudas de custo. Foi conseguido uma redução global dos custos com pessoal, apesar de: 1,5% de aumento nos vencimentos da Função Pública; 3% de aumento da taxa da Caixa Geral de Aposentações; 99,2% de aumento dos custos com senhas de presença. Ao Nível dos Custos com Fornecimentos e Serviços Externos, no exercício de 2006 foi conseguido uma redução de 18,9%, ou seja, uma diminuição de custos no valor de € 1.380.631 (um milhão trezentos e oitenta mil seiscentos e trinta e um euros), sendo de destacar: - Redução dos custos com electricidade na ordem de menos 17%; - Redução de custos com Rendas e Alugueres na ordem de € 418.851 (quatrocentos e dezoito mil oitocentos e cinquenta e um euros); - Redução da Publicidade e Propaganda em menos 60,7%, no valor de € 104.776 (cento e quatro mil setecentos e setenta e seis euros); - Redução de 31% ao nível de Honorários e Trabalhos Especializados no valor de € 157.118 (cento e cinquenta e sete mil cento e dezoito euros). Ao nível de Espectáculos e outros Eventos Culturais, registou-se uma redução de € 178.530 (cento e setenta e oito mil quinhentos e trinta euros), sem com isso comprometer a qualidade e a oferta cultural do Município. No mesmo espírito de racionalização de despesas, com vista assegurar a concretização do investimento estratégico definido por este Executivo, foi assegurada a continuidade de execução dos projectos com financiamento do III Quadro Comunitário. Importa realçar que nos encontramos numa fase de transição entre Quadros Comunitários, sendo, portanto, este momento não só de concretização e conclusão de obra, mas também de planeamento do novo QREN. Estas medidas de contenção da despesa, bem como no reforço na geração de Proveitos, originou um Resultado Líquido do Exercício positivo no valor de € 1.170.255,90 (um milhão cento e setenta mil duzentos e cinquenta e cinco euros e noventa cêntimos). Em resultado do que acabo de expor, reforço o carácter de inversão de tendência do endividamento, com a redução de dívida integral do Município na ordem dos € 585.089 (quinhentos e oitenta e cinco mil e oitenta e nove euros). De destacar, para além da redução de dívida, uma reprogramação temporal dos pagamentos a Fornecedores/Empreiteiros. =====

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Nuno Jesus, Óscar Oliveira, Armindo Nunes, Dr. Isidro Figueiredo e Dra. Helena Terra. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Nuno Jesus, Presidente da Junta de Freguesia de Travanca. =====

===== Senhor Presidente da Câmara, antes de mais só para dizer que eu não fiquei totalmente esclarecido com a resposta relativa à A32, mas não vou voltar a questionar. Iremos ter a oportunidade de falar sobre isso, e além disso também vou aguardar a resposta das Estradas de Portugal a ver o que é que me dizem. Relativamente a este ponto, Senhor Presidente, em coerência com aquilo que eu vim cá dizer no final do ano, e foi o que me fez votar contra o Orçamento e o Plano para 2007. Eu expliquei aqui qual era o meu desagrado. Em coerência, não podia fazer outra coisa agora se não votar contra a Conta de Gerência e o

Mapa de Execução do Plano Plurianual, apenas e só pelo facto da minha intervenção no final do ano. É tudo uma questão de coerência. A única apreciação muito genérica que eu faço é relativamente à Conta de Gerência. Senhor Presidente, é de louvar pelo facto da dívida do Município ter diminuído, a única pena que me deixa foi aquela redução nas transferências às Juntas de freguesia de 42,5%, que bem falta nos faz. Aproveito para perguntar: para quando aquele plano de pagamentos dos protocolos e subsídios em atraso, à semelhança do que fez, e bem, com as Associações? Para quando esse plano com as Juntas de Freguesia? Obrigado. ==

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra ao Senhor Óscar Oliveira, do PCP-PEV. =====

===== Algumas apreciações em relação à prestação de contas do exercício de 2006. Em primeiro lugar, é uma opinião pessoal e também compreendo e conheço as deficiências financeiras do Município, mas eu acho que a forma como entregam os documentos, aquele rol de documentos aos Eleitos é muito complicado. Eu pessoalmente estive hora e meia ou duas horas a agrafar aquilo. Por vezes, a dificuldade, no meio daqueles números, de ter uma apreciação por vezes até correcta, mas que não invalida de termos opinião. Eu conheço, há Municípios que prestam as contas de outra forma, melhor ordenadas, se calhar menos documentos e com uma transcrição totalmente diferente que ajuda. Neste aspecto e no âmbito da CDU, nós estivemos a discutir colectivamente as contas e algumas apreciações. Em relação à execução orçamental, pensamos que as receitas correntes, as previstas estava na ordem dos €21.243.000 (vinte e um milhões duzentos e quarenta e três mil euros) e o cobrado foi de €21.000.000 (vinte e um milhões), ou seja, houve efectivamente um aumento de 103%, ou seja, de € 686.000,00 (seiscentos e oitenta e seis mil euros). Isto incidiu-se muito nos impostos directos, que estavam previstos na ordem dos € 6.898.000 (seis milhões oitocentos e noventa e oito mil euros) e o cobrado foi de € 7.800.000 (sete milhões e oitocentos mil euros), ou seja, um aumento de 113%, o que é positivo. Esta verba é do IMI, é da contribuição, é dos impostos dos Municípios, prova que a taxa aplicada, como nós defendemos até recentemente em relação ao IMI, podia ter baixado, objectivamente poderia alcançar as mesmas verbas previstas. Em relação às receitas de capital, a apreciação que nós temos é de que foi um desastre. O que estava previsto e o que foi cobrado ficou muito aquém, aliás os números estão aí. Por exemplo, a venda de bens de investimento que estava previsto € 5.320.000 (cinco milhões trezentos e vinte mil euros), foi cobrado apenas 60, ou seja, 1,1%. Também as transferências de capital ficaram muito aquém, houve um decréscimo de €7.189.000 (sete milhões cento e oitenta e nove mil euros), ou seja, ficou nos 50,9%. As receitas, na taxa de execução, ficaram nos 72 %, achamos que está longe de se considerar uma boa taxa de execução, mas pronto pensamos que foi o que foi possível. Quanto às despesas correntes, pensamos que o que foi previsto e o que foi cobrado ficou na ordem dos 76,5%, foram muito inferiores porque objectivamente a Câmara não conseguiu arranjar dinheiro. Quanto às despesas de capital, pensamos que politicamente, em termos financeiros, elas não foram conseguidas. Os investimentos estavam previstos € 4.409.000 (quatro milhões quatrocentos e nove mil euros), foram cobrados € 1.000.000 (um milhão), ou seja, ficaram nos 69,4%. Não foram conseguidas. Nas despesas a taxa de execução ficou na ordem dos 69,6%. Achamos que é igualmente muito modesta para as pretensões do Município. Quanto à demonstração dos resultados, há um resultado líquido positivo, que nós nos congratulamos, na ordem de € 1.170.255 (um milhão cento e setenta mil duzentos e cinquenta e cinco euros), o que significa que se gastou menos do que se ganhou. É um indicativo positivo na gestão. Quanto ao balanço, o activo que nos é aqui descrito, teve um aumento significativo. Em 2005 o activo era € 99.970.000 (noventa e nove milhões novecentos e setenta mil euros), e em

2006 € 103.340.000 (cento e três milhões trezentos e quarenta mil euros), ou seja, houve um aumento na ordem dos € 3.369.000 (três milhões trezentos e sessenta e nove mil euros) que é significativo. Agora o que é mais negativo, é efectivamente o passivo. Eu penso que na apreciação que nós fizemos em relação ao passivo, pensamos que poderá ter aqui algum, não compreendemos alguma engenharia entre a dívida de longo curso e a curto prazo, há ali números que não compreendemos, agora efectivamente achamos que há uma descida inferior ao que seria desejável, ou seja, diminuiu quinhentos e oitenta e cinco, ou seja, 1%. Para colmatar esta dívida, era necessário o Município durante 21 meses não fazer mais nada e o dinheiro arrecadado seria para liquidar o passivo. Depois, há aqui uma questão que eu gostaria de colocar ao Senhor Presidente ou aos Técnicos, pelas nossas contas verifica-se um decréscimo da dívida de empréstimos de médio e longo prazo de € 980.067 (novecentos e oitenta mil e sessenta e sete euros), ou seja, em 2005 estava previsto € 16.224.000 (dezasseis milhões duzentos e vinte e quatro mil euros) e em 2006 € 15.243.479 (quinze milhões duzentos e quarenta e três mil quatrocentos e setenta e nove euros). Nas nossas contas dá menos € 980.000 (novecentos e oitenta mil euros), e é firmado na página doze do relatório num € 1.025.000 (um milhão e vinte e cinco mil euros), e nós não compreendemos este número. Não sei se será real. Quanto à execução do Plano Plurianual de Investimentos, a taxa de execução foi de 53,3%, ficou-se a pouco mais de metade do previsto. Pensamos que foram feitas ao longo do ano variadas alterações ao Plano Plurianual de Investimentos, de rateio em rateio. Grande parte das obras ficaram em zero no Plano Plurianual. É esta a nossa opinião, ou seja, 53,3% do previsto em relação ao Plano Plurianual de Investimentos é muito fraco para as previsões da Câmara. Para terminar, só dizer que em relação ao Plano de Actividades se atingiu um nível de execução na ordem dos 33,9%. Pensamos que é uma execução muito baixa, porque o que estava previsto era € 349.260 (trezentos e quarenta e nove mil duzentos e sessenta euros) e o executado € 118.000 (cento e dezoito mil euros), o que é efectivamente muito baixo. Neste aspecto, em relação a este quadro, a apreciação da CDU é que mesmo assim a Câmara tem que realizar obras. Em relação ao passivo da dívida em relação às freguesias, temos conhecimento que se estão a tomar algumas medidas para atenuar as dívidas às Juntas. Há um grande esforço por parte da Câmara em relação ao seu financiamento. Vamos abstermo-nos em relação a este ponto, porque é a nossa posição política. =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi concedida a palavra ao Senhor Armindo Nunes, do PS. =====

===== Somos chamados a pronunciarmo-nos sobre os documentos de Prestação de Contas do Executivo, respeitantes ao ano de 2006. Temos neste acto um dos exercícios mais sérios da nossa função de acompanhamento e fiscalização da actividade do Município. Os números apresentam-se nus e crus, são o espelho da nossa realidade, permitem-nos avaliar sem paixões, pelos resultados conseguidos, que não por propósitos ou expectativas anunciados, o desempenho dos sucessivos Executivos. Não estamos aqui para conferir contas, essas estão feitas por profissionais sobejamente competentes. Estamos sim, para as interpretarmos e para avaliarmos o mérito ou o demérito das políticas de gestão que lhes estão subjacentes. As primeiras reacções que me despertam à medida que as percorro, resumem-se a duas interrogações: - Como foi possível chegar a tal estado de coisas, sem que se tenha conseguido, sequer, fazer as infra-estruturas básicas indispensáveis à qualidade de vida dos munícipes e ao desenvolvimento económico sustentado do Município? – Estamos, é verdade, a arrear caminho. Mas como vamos ultrapassar estas dificuldades acumuladas ao longo de anos, no curto ou mesmo no médio prazo? Começo por dizer, claramente, que considero positivo que se

tenha pelo menos estancado a degradação económico-financeira que se registou no ano anterior. Mas não fico satisfeito, porque é muito ténue a melhoria, desproporcionada em relação à dimensão do monstro que temos pela frente. E passo aos números em concreto: 1- **BALANÇO** – Continua a apresentar uma situação líquida positiva, muito embora tenha sofrido uma ligeira redução, passando de € 26.871.000 (vinte e seis milhões oitocentos e setenta e um mil euros) em 2005, para € 26.232.000 (vinte e seis milhões duzentos e trinta e dois mil euros) em 2006. A Liquidez Geral do Município melhorou, subindo de 10% em 2005, para 23% em 2006, mesmo assim muito aquém do valor desejável para um bom equilíbrio financeiro. O rácio de Autonomia Financeira piorou ligeiramente, passando de 26,9% em 2005 para 25,4% em 2006. E piorou igualmente o custo do trabalho, com o agravamento do rácio Despesas com Pessoal/ Proveitos Operacionais, passando de 36,8% em 2005 para 37,7% em 2006. A dívida estancou, é verdade. Teve até uma tímida redução, passando de € 56.842.000 (cinquenta e seis milhões oitocentos e quarenta e dois mil euros) em 2005 para € 56.217.000 (cinquenta e seis milhões duzentos e dezassete mil euros) em 2006. É um facto positivo que merece ser registado. Mas continua a ser assustadora, porque é impossível superá-la nos anos mais próximos e isso compromete o nosso futuro colectivo. Sejam realistas. A Câmara não consegue libertar meios para pagar a dívida tão cedo. E a dívida gera custos. E sabem quanto custaram os juros no ano de 2006? Custaram € 1.015.838,66 (um milhão quinze mil oitocentos e trinta e oito euros e sessenta e seis euros), uma verdadeira bola de neve. Foram de € 458.000 (quatrocentos e cinquenta e oito mil euros) em 2004, passaram para € 836.000 (oitocentos e trinta e seis mil euros) em 2005 e em 2006 ultrapassamos o milhão de euros. E este dinheiro faz-nos tanta falta, uma vez mais para aquilo que são as necessidades básicas da população. 2- **IMOBILIZADO BRUTO** – O Imobilizado Bruto teve um crescimento de apenas € 3.526.000 (três milhões quinhentos e vinte e seis mil euros), contra € 21.812.000 (vinte e um milhões oitocentos e doze mil euros) em 2005, traduzindo um claro abrandamento do esforço de investimento neste exercício. 3- **EXECUÇÃO ORÇAMENTAL DO PLANO PLURIANUAL DE INVESTIMENTOS** – Destaque em primeira análise para a baixa taxa de execução financeira do ano, que não vai além dos 53%. E para o baixíssimo nível do investimento em obras tão prementes como o saneamento, o abastecimento de água e o ordenamento do território. No abastecimento de água o investimento previsto, já de si baixo, de € 734.000 (setecentos e trinta e quatro mil euros), teve uma taxa de execução de apenas 29%, com um investimento que não foi além de € 213.000 (duzentos e treze mil euros). Também no saneamento o investimento previsto de € 981.000 (novecentos e oitenta e um mil euros), ficou-se pelos € 535.000 (quinhentos e trinta e cinco mil euros), o que corresponde a uma taxa de execução de 55%. Melhor desempenho teve a rubrica de Ordenamento do Território, com um volume de investimento de € 1.806.000 (um milhão oitocentos e seis mil euros), com uma taxa de execução de 70%. Vejamos, porém, a bondade do investimento. A maior fatia deste investimento foi para as seguintes obras: - Arranjo Urbanístico do Largo do Gemini, € 442.000 (quatrocentos e quarenta e dois mil euros); - Pedonização das Ruas Bento Carqueja e António Alegria, € 998.000 (novecentos e noventa e oito mil euros). Não tenho nenhuma obcecação pelos problemas da água e do saneamento. Mas não consigo aceitar – e penso que isto é do senso comum – que seja preterido o investimento nestas obras de primeiríssima necessidade, em benefício de obras como a pedonização. É certo que a obra, com esta ou outra arquitectura, conforme os gostos, era necessária, mas não era seguramente uma primeira prioridade, quando comparada com outras prioridades. É das obras que só se fazem quando há dinheiro. 4- **DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS** – As despesas com o Pessoal atingiram o montante de € 10.415.000 (dez milhões quatrocentos e quinze mil euros) e representam 34% do total da despesa e 46% das despesas correntes. Teve uma redução, que embora muito pequena, devo registar como positiva, por ser um sinal de inversão ou pelo menos

de paragem numa perigosa escalada de crescimento. Reside aqui, sem dúvida, um dos mais graves constrangimentos da gestão do Orçamento Municipal. A situação está criada, todos temos consciência de que não é fácil sair dela. Mas tem de haver um esforço sério nesse sentido, com sinais claros do caminho a percorrer. Causa-me, por isso, alguma preocupação ver sinais contrários, como o é, por exemplo, o recente anúncio na imprensa, para a admissão de um Assessor, com um salário de elevado valor. É tempo de nos compenetrarmos de que não somos ricos, de que temos de criar hábitos de contenção e até austeridade, como forma de participação no esforço colectivo que a todos é exigido, para o bem de toda a comunidade. Os Fornecimentos e Serviços Externos tiveram uma redução de 18,9%, cifrando-se em € 5.927.000 (cinco milhões novecentos e vinte e sete mil euros), contra € 7.307.000 (sete milhões trezentos e sete mil euros) em 2006, o que registo como positivo. Os Subsídios atribuídos sofreram a maior quebra. Foram de € 2.871.000 (dois milhões oitocentos e setenta e um mil euros), contra € 8.198.000 (oito milhões cento e noventa e oito mil euros) no ano anterior. Foi aqui que o Executivo obteve a sua maior economia de custos. Mas esta não é uma economia de custos virtuosa. Porque penaliza directamente o Município, não é em rigor uma verdadeira contenção de custos. O mesmo acontece com outra rubrica, do lado contrário da balança, que são os proveitos com Vendas, Serviços Prestados e Impostos Indirectos, que registaram um aumento de € 493.000 (quatrocentos e noventa e três mil euros). Também aqui não há bondade, porque uma vez mais estamos a atingir o Município. Por último, uma breve referência à evolução das Receitas Arrecadadas mais importantes, designadamente: - Transferências Correntes; - Transferências de Capital; - Impostos Directos; - Venda de Bens e Serviços Correntes, que no conjunto representam quase 90% da receita arrecadada e tiveram a seguinte evolução: ano de 2004- €25.541.000 (vinte e cinco milhões quinhentos e quarenta e um mil euros); ano de 2005- €27.500.000 (vinte e sete milhões e quinhentos mil euros); ano de 2006- € 27.827.000 (vinte e sete milhões oitocentos e vinte e sete mil euros). Regista-se um crescimento constante, não se confirmando portanto os tão fustigados cortes de receitas que foram propalados. Em conclusão: - O Município tem um grave problema estrutural do Balanço e da Despesa Corrente, que só com medidas fortes e corajosas conseguirá resolver e mesmo assim ao fim de largos anos; - Há sinais de sensibilidade do Executivo para o problema e de esforços no sentido de o resolver, mas não se vislumbram medidas suficientemente fortes para o dominar; - Estão por fazer as obras estratégicas mais importantes, aquelas que contribuem realmente para a qualidade de vida das populações, como a distribuição de água e o saneamento em todo o concelho e a criação de infra-estruturas industriais que possam induzir crescimento económico. Muito obrigado. =====

===== De imediato, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Isidro Figueiredo, do PSD, que interveio da seguinte forma: =====

===== Em primeiro lugar, em nome do PSD, gostaríamos de utilizar uma palavra que pelos vistos incomoda muito o Partido Socialista, que é expressar a nossa satisfação e congratularmo-nos pela Câmara Municipal ter cumprido com os objectivos económico-financeiros para o ano de 2006 e que teve como resultado imediato a redução da dívida do Município de Oliveira de Azeméis. Aliás os objectivos que tinham sido definidos em 2005, tinham sido considerados exigentes, ambiciosos, mas foram alcançados em muitos casos e até mesmo superados. É certo que ainda não se conseguiu atingir todos os objectivos que se pretendiam, mas na globalidade, de facto, conseguiu-se com enorme esforço da Câmara Municipal. Analisado o relatório apresentado, referente à gestão do exercício de 2006, podemos verificar o aumento dos proveitos com a receita própria; redução na compra de mercadorias e matérias-primas; redução nos custos com o pessoal, apesar do aumento imposto pelo Governo

de 1,5% da massa salarial para a função pública e do agravamento de 3% da taxa de comparticipação da Câmara para a Caixa Geral de Aposentações; redução nos fornecimentos e serviços externos e nos subsídios atribuídos. Cumpriu sempre com o equilíbrio orçamental – este ano, ainda mais reforçado, uma vez que a receita corrente foi bastante superior à despesa corrente. Apesar de 2006 ter sido um ano de redução da receita proveniente dos cortes da transferência dos fundos do Orçamento de Estado, foi feito um esforço substancial no aumento de arrecadação da receita própria da autarquia, o que permitiu continuar com o investimento. Um investimento bem representativo como é o caso da pedonização das Ruas Bento Carqueja e António Alegria, as Piscinas Municipais, o Arquivo Municipal, a Biblioteca Municipal, Ludoteca, o Centro de Saúde, as Vias Estruturantes, o Centro Escolar de Azagães – Carregosa, o Centro de Recursos e o Auditório da Escola Secundária Soares Basto, e as obras que faz do Senhor Presidente, o Presidente das dezanove freguesias. Relativamente à despesa corrente, houve uma redução na compra de mercadorias, na compra de fornecimentos e serviços externos e redução dos custos com o pessoal. O resultado líquido do exercício de 2006 atingiu o valor positivo de cerca de € 1.170.000 (um milhão cento e setenta mil euros) e uma redução da dívida no montante aproximado de € 585.000 (quinhentos e oitenta e cinco mil euros). Isto significa somente que a Câmara Municipal reduziu o valor total da despesa, e reduziu a despesa corrente. Enfim, resulta um resultado totalmente contrário ao que foi vaticinado pela Oposição! Uma vez mais, a Oposição tratou este assunto de um modo leviano, generalista e demagógico, por mera oposição, sem qualquer rigor e responsabilidade. Em declarações à comunicação social e a esta Assembleia Municipal, a Líder da Oposição que classificou a gestão camarária como uma gestão que atirava o Município para o abismo, gestão desastrosa, ruínosa. No seu entender a dívida da Câmara Municipal iria aumentar, no mínimo, cerca de € 15.000.000 (quinze milhões de euros), e que estaríamos a hipotecar o futuro, para pelo menos uma década, sem qualquer dado que o justificasse. Quis mesmo propor a organização de uma comissão do Grupo Parlamentar do PS para colaborar com a Câmara a encontrar formas de reduzir as despesas correntes. Talvez que os resultados dessa comissão fossem aqueles que o Partido Socialista não se tem cansado de apregoar: um cenário de ruína, catastrófico, sem rumo certo. Não é isso que se passa, felizmente. E foi nisso que sempre acreditámos quando nos opusemos com veemência a essa forma de fazer oposição que põe em causa este enorme esforço financeiro da Câmara Municipal. Pois, o que se passou em 2006 foi exactamente o contrário das perspectivas contabilísticas e económico-financeiras da Oposição, sendo que os documentos contabilísticos que suportaram o relatório de gestão foram os mesmos que ao, longo do ano de 2006 foram entregues ao PSD, e a toda a Oposição, que nunca os impugnou e que, o PS teve sempre uma actuação com clara intenção política de denegrir gratuitamente a imagem da Câmara Municipal. Para o sucesso da gestão camarária, foi naturalmente importante a compreensão das Juntas de Freguesia, das Colectividades e Associações; o esforço dos seus colaboradores; a definição de uma estratégia de envolvimento de todos os seus colaboradores, fazendo-os participar de uma forma mais directa na gestão e partilhando com eles os seus objectivos. Não se pode conseguir resultados sem sacrifício e sem o esforço de todos. Para esse fim, implementou o SIADAP- Sistema de Avaliação e Desempenho da Administração Pública - com o esforço acrescido de todos, Executivo e Colaboradores, entregaram-se ao desenvolvimento de um projecto estruturante, uma vez mais, pioneiro na Administração Autárquica do nosso País. Para nós, PSD, o aumento da eficácia, produtividade e rentabilidade passa também pela valorização e rentabilização dos recursos humanos, e, por isso, repudiamos aqueles que permanentemente desvalorizam ou tentam desvalorizar o trabalho de certificação dos serviços camarários que vem sendo executado e incentivado pelo Executivo há já alguns anos e que não trazendo dividendos políticos directos sempre foi por nós encarado como um investimento

estratégico estruturante para o Município. Uma prova do reconhecimento deste trabalho, por parte do Estado, foi a realização das Jornadas sobre Formação para a Administração Local no âmbito do Programa Foral aqui em Oliveira de Azeméis e que culminaram com a visita do Secretário de Estado da Administração Local. Uma prática elogiada como um exemplo para o País! Queremos pois aqui louvar e enaltecer a acção da Câmara Municipal, bem como a coragem e determinação na postura de Rigor, Contenção e principalmente de Execução, tendo em vista alcançar os objectivos tão ambiciosos a que se propunha cumprir. Uma palavra de estímulo para o Senhor Presidente e toda a sua equipa para que continue e mantenha este rumo em prol do desenvolvimento, do bem-estar e aumento da qualidade de vida dos Oliveirenses. ==

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS. =====

===== O PS e os Oliveirenses em geral, já estão habituados a que o PSD elogie toda a actividade da Câmara. Aliás disso mesmo tivemos vários episódios hoje e o que acabamos de ver foi mais um desta saga. E descanse o PSD que não é isso que a nós, nem aos Oliveirenses, incomoda. O que a nós verdadeiramente incomoda e aos Oliveirenses incomodará, é que o PSD não se incomode com os resultados da gestão, da falta de gestão, deste Executivo Municipal. E sinal disso mesmo é que no ano passado conseguiram, imagine-se, elogiar um Relatório de Gestão que se traduziu num acréscimo de € 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de euros) de dívida, e que continha gastos do género, dos que eu apenas a título meramente exemplificativo passo a citar escassa meia dúzia: execução de agendas, € 4.950,00 (quatro mil novecentos e cinquenta euros) mais IVA; spots publicitários, € 3.052,82 (três mil e cinquenta e dois euros e oitenta e dois cêntimos) mais IVA; alojamento e refeições na sociedade vários, € 4.661,89 (quatro mil seiscentos e sessenta e um euros e oitenta e nove cêntimos) mais IVA; publicidade ao Campeonato Nacional de Karting, € 2.100,00 (dois mil e cem euros) mais IVA; João Altino Pires, Edição do Livro Mundial de Hóquei, € 4.980,00 (quatro mil novecentos e oitenta euros) mais IVA. Uma curiosidade que convém salientar é que relativamente a esta última pessoa a quem o Município pagou esta verba, saliente-se que está vinculada ao Município de Oliveira de Azeméis, através de um contrato de avença mensal no valor de € 1.100,00 (mil e cem euros)/mês, mas que apesar disto a Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis pagou ainda mais este extra de quase cinco mil euros. Mais um exemplo paradigmático de um gasto que dava para tanta, tanta, tanta, verdadeira política municipal de juventude, que tanto com certeza alegraria além de todos os Oliveirenses, de forma particular o nosso Amigo Nuno Pires. O Campeonato de Snowboard, a pista de gelo, € 55.000,00 (cinquenta e cinco mil euros) mais IVA. Foi com tudo isto, e muito, muito mais, que o PSD então se congratulou, não obstante o aumento exponencial só neste ano de € 25.000.000,00 (vinte e cinco milhões de euros) de dívida. Despesa pura e dura. Quero agora elogiar este Relatório, que apresenta um ligeiro abatimento na dívida, como o fez o PSD, está implicitamente a criticar o do mandato anterior. Meus Senhores, decidam-se, porque se assim é afinal mais vale tarde do que nunca. Mas como estou certa, acabei de ver, que continuam a elogiar a gestão do mandato anterior, que quase triplicou a dívida, sem um correspondente aumento da qualidade de vida dos Oliveirenses, não os podemos levar a sério. Nós registamos este decréscimo, e recordo-me de ter dito aqui nesta mesma sala em Abril de 2006, que a dívida nos primeiros meses do ano estava a aumentar a um ritmo elevadíssimo, e que se nada fosse feito, no final de 2006 a mesma seria bastante maior. Lembro-me disto, e como já referi, tenho habitualmente uma memória de elefante. Foram previsões que não se vieram felizmente a concretizar. Mas não é grave que eu tenha previsto em Abril algo que acabou por não se concretizar felizmente na totalidade em Dezembro. Grave, muito grave

mesmo, é que o Senhor Presidente da Câmara, ele, que não eu, na posse de todos os dados e com conhecimento absoluto de todos os termos, em finais de 2006 tenha anunciado que a dívida se situaria nos € 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de euros). Foi tão só um engano de € 4.000.000,00 (quatro milhões de euros), repito € 4.000.000,00 (quatro milhões de euros). Em pouco mais de um mês, um acto destes em qualquer pequena ou média empresa do sector privado, daria certamente direito a despedimento com justa causa no mesmo dia. Disse eu também nessa altura, que o nosso futuro estava hipotecado para os próximos dez anos, também aqui mea culpa; uma vez mais enganei-me, e desta vez redondamente. Ao ritmo da descida da dívida verificada este ano, e que o PSD tanto elogia, demoraremos não dez mas cem anos a recuperar desta gestão ruínosa. Em termos absolutos, a dívida diminui € 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil euros), ou seja, de 56,8 para 56,2 milhões. Mas devemos ter em conta que o Senhor Presidente da Câmara, conforme à pouco referiu, afirmou que a mesma iria ficar no final de 2006 nos 52 milhões apenas. Uma vez mais faltou à verdade aos Oliveirenses. O PS, ao longo dos últimos anos, sempre foi alertando e mostrando o caminho: reduzir a despesa com o pessoal, com o fornecimento de serviços externos, gastar dentro dos limites para evitar os custos financeiros. Afinal de contas, tal como nós já sabíamos há muito, tínhamos razão. Mas também sabemos, que este caminho só foi seguido, não porque o PSD nos tenha dado ouvidos, aliás coisa que costuma a anunciar que não faz, mas por obrigação imposta por Lei da República, a nova Lei das Finanças Locais que o Governo aprovou, em boa hora aprovou, e que limita o endividamento camarário. Se assim não fosse, continuaríamos por certo a assistir ao crescimento descontrolado da dívida municipal. O PSD orgulha-se de diminuir a dívida em € 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil euros), mas esquece-se de dizer aos Oliveirenses quem está a pagar a factura, mas o PS não se esquece. Quem paga a factura são as populações, que viram agravados os custos dos serviços prestados pela Câmara Municipal; são as colectividades que viram cancelados os subsídios para as suas actividades; são as Juntas de Freguesia que viram as transferências cortadas em 42,5%. O que só quanto às Juntas totalizou um corte de € 375.000,00 (trezentos e setenta e cinco mil euros), o que quer dizer que dos € 585.000,00 (quinhentos e oitenta e cinco mil euros) que o Executivo afirma ter economizado, dois terços, repito dois terços, conseguiu à custa das Juntas de Freguesia. Mas para que se perceba melhor a diferença, convém que lembremos que a Câmara Municipal de S. João da Madeira é também um Executivo liderado pelo PSD. A título de exemplo, esta nossa vizinha Câmara Municipal, conforme se constata por coisas tão simples como a leitura dos jornais locais de S. João da Madeira, diminuiu o passivo em € 8.000.000,00 (oito milhões de euros), ou seja, dezasseis vezes mais que Oliveira de Azeméis. Mas para que se perceba ainda melhor, convém lembrar que a Câmara Municipal de S. João da Madeira tem um orçamento que é apenas sensivelmente metade do da Câmara Municipal de Oliveira de Azeméis. Além disto, S. João da Madeira paga aos seus fornecedores a sessenta dias, por cá temos dívidas a fornecedores que remontam ao ano de 2000 e continuam por pagar. Mas para que se não diga que S. João da Madeira é um caso isolado, podemos dar também o exemplo da Câmara Municipal de Ovar, que diminuiu este ano a dívida em € 2.500.000,00 (dois milhões e quinhentos mil euros), o que se traduz num decréscimo de 13% da dívida global. Nós por cá temos 1% e há quem fique muito contente. O PSD esquece-se de dizer aos Oliveirenses que apenas diminuiu 1% da sua dívida, mas que mesmo assim não foi capaz de concluir uma única daquelas que, como a própria Câmara diz, são as chamadas obras estruturantes. Pois essas encontram-se quase no mesmo nível desde 2005: Vias Estruturantes paradas, ou praticamente paradas; Largo do Gemini a marcar passo; Biblioteca por abrir; Arquivo Municipal parado, etc. Ma há uma novidade: foi rebentada, mesmo antes de estar em uso, a calçada portuguesa que rodeia a Biblioteca e que é destinada a lugares de estacionamento público. Em suma: até

agora as nossas divergências no que diz respeito à gestão municipal eram de índole quantitativa e qualitativa. A vertente quantitativa está parcialmente resolvida, porque finalmente foi possível, por imposição legal, que o nosso Executivo Municipal percebesse que não podia continuar a gastar para além do que conseguia arrecadar. Por isso mesmo, o PS nesta matéria tem uma postura responsável, e ontem, como hoje, repete os mesmos alertas tantas vezes proferidos, mas em relação aos quais os sucessivos Executivos Municipais têm feito orelhas moucas. Mas isso não nos inibe, jamais nos inibirá, de demonstrar que qualitativamente a Câmara Municipal não tomou as opções mais correctas em termos de investimento. Se na altura da aprovação do Orçamento de 2006 chamamos a atenção para o investimento em água e saneamento, cuja previsão era de apenas 17% do total do Plano Plurianual de Investimentos, se para nós esse valor já era escasso, lamentavelmente constatamos hoje que o investimento nestas áreas imprescindíveis como são reconhecidas por todos, foi de apenas, pasme-se, 5% do valor global do investimento previsto, sendo certo que este já era pouco. Só isto basta para mostrar o quão erradas estão as prioridades municipais e que desta forma, nos próximos anos, o PSD não conseguirá fazer sair da posição vergonhosa em que o Município se encontra, em termos de índice de abastecimento de água e saneamento. Relembre-se que no que toca a abastecimento de água, o Instituto Nacional de Estatística nos coloca nos últimos dez lugares dos Municípios deste País. É esse o resultado da gestão PSD ao longo de todos estes anos, e é destes atrasos que o PSD, em vez de parabenizar e festejar, deveria pedir desculpa aos Oliveirenses, pois enquanto todo o País investia nestes dois domínios (água e saneamento) este entreteve-se a fazer de conta que geria. Agora, sabemos todos que será cada vez mais complicado recorrer a Fundos Comunitários para resolver esta situação, pelo que se exige um esforço muito grande de canalização de verbas para este fim, e nós sabemos quão avultadas serão. Mudando de rubrica, no que concerne ao ordenamento do território, onde a verba gasta foi significativa... =====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito: =====

===== Senhora Deputada, peço desculpa. Só lhe estou a chamar à atenção para o tempo que está a utilizar. Senhora Deputada, não use nenhum argumento porque eu acho que não consegue convencer nenhuma alma caridosa de que ainda está a cumprir os prazos que estão nos regulamentos, nas leis, pode ir buscar o que quiser. Peço-lhe a atenção para a sua capacidade de síntese e pedia-lhe que terminasse. =====

===== A Dra. Helena Terra disse: =====

===== Não tenho nenhum argumento de ordem legal ou regimental, mas apenas de natureza política atendendo à importância do ponto que averiguamos. Prometo compensar o tempo gasto a mais neste ponto, com tempo nenhum gasto em outros pontos que se seguirão. No meu minuto e meio Senhor Presidente, dizia eu que assistimos no ano de 2006 a um desarrumar da casa. Se por um lado, mesmo depois de muitos, mesmo muitos, milhares gastos com o intuito de termos um plano de urbanização da cidade, planos de pormenor para zonas industriais e planos das áreas centrais das freguesias, conseguimos a proeza de ainda não ter nenhum destes instrumentos aprovados. Recordo que já lá vai uma década desde a aprovação do Plano Director Municipal, e nenhum destes planos viu a luz do dia. O ano de 2006, foi a prova de que a inexistência dos planos interessa a alguns, pois só assim se pode entender que se viabilizem superfícies comerciais a cinquenta metros da Praça da Cidade, ou uma unidade industrial de grande dimensão no perímetro da cidade, a escassos cinquenta metros do Rainha e a trinta metros da nova biblioteca. Muitos outros temas poderiam aqui elencar demonstrativos da forma

errada como a gestão camarária vem sendo feita. Aliás, o PS assinalou o dia de ontem com um conjunto de visitas a locais emblemáticos: o problema de saúde pública que se vive no Bairro de Lações, e para os quais ainda hoje, não obstante questionar, não tivemos resposta; os estaleiros municipais, como um exemplo claro do que é um atentado à boa gestão dos dinheiros públicos; o Largo do Gemini, entre outros, o que significa a inoperância do Município em resolver uma questão bem no coração da cidade. E vou terminar: se é este o tratamento dado ao centro da cidade, podemos imaginar o tratamento que é dado ao restante território do concelho, pois basta circularmos pelas dezanove freguesias para termos a certeza de que temos uma rede viária manifestamente má e que condiciona a mobilidade dos Oliveirenses e de todos quantos nos visitam. Em suma, temos um Plano Plurianual de Investimentos executado apenas em 53,3%, pelo que atrevo-me a afirmar que será o mais baixo dos últimos anos e que se explica em grande parte pelo empolamento da previsão das receitas, conforme dissemos anteriormente, com vendas de terrenos e outros que tais que não se chegaram a concluir. Termino por fim dizendo que, por tudo isto que acabei de dizer, o PS não encontra motivos para tanta festa, e portanto, não obstante a posição assumida pelos Vereadores eleitos pelo Partido Socialista no Executivo Municipal, que apenas tiveram dois escassos dias úteis para analisar uma montanha de papel de contas de gestão, na dúvida abstiveram-se quanto à votação deste Relatório de Contas. O Partido Socialista, por tudo isto e porque pagaram € 1.000.000 (um milhão de euros) de juros e encargos financeiros por ano, o que significa que pagamos muito mais de juros do que aquilo que transferimos no total para as dezanove Juntas de Freguesia, não pode merecer a nossa concordância. A Câmara Municipal opta por engordar os cofres da banca em vez de alimentar as suas Juntas de Freguesia, cada vez mais pobres e com cofres magros, esqueléticos e com finanças tísicas. Esta não é, não foi e não será nunca, a opção do Partido Socialista. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos à Assembleia Municipal.

===== Bom, queria começar pela finalização da intervenção da Senhora Deputada, em que criticou a votação dos Vereadores do Partido Socialista. Eu não me admiro, os Vereadores do Partido Socialista efectivamente estão muito mais dentro da problemática da gestão da Câmara Municipal, porque temos reuniões semana sim, semana não, e por isso estão mais a par dos problemas com que nós lutamos e por isso mesmo a posição deles é de elogiar, perante uma atitude do Partido desta forma. Mas eu queria dizer à Senhora Deputada, quando fala em S. João da Madeira, que S. João da Madeira conseguiu graças à venda do terreno para o shopping. Ovar, teve também contrapartidas do Multiusos feito. Oliveira de Azeméis, teve alguns terrenos à venda e não conseguiu vender nenhuns. É a primeira questão. Quando falei em € 52.000.000,00 (cinquenta e dois milhões de euros), a Senhora falou que a nossa dívida ia ser aproximadamente de € 70.000.000,00 (setenta milhões de euros), disse isso numa entrevista. Eu se falei em cinquenta e dois ou cinquenta e três, estava-me a referir ao endividamento líquido total, que é isso que é exigido pela DGAL e que é controlado pela DGAL. Também falou sobre algumas despesas de 2005, do hotel, disto e daquilo, também devia de falar daquilo que nós suportamos com a renda do vosso gabinete. Também devia. A Câmara Municipal gastou até hoje € 7.412,00 (sete mil quatrocentos e doze euros) no aluguer de um gabinete para a representação da Ordem dos Advogados, que nem sequer fizeram lá uma reunião e ainda nem sequer temos o protocolo assinado. Eu ainda não tenho na minha mão, e só quando chegar à Câmara é que tem validade. Já pagamos de renda € 7.412,00 (sete mil quatrocentos e doze euros). Só queria dar um esclarecimento ao Senhor Presidente da Junta, o Senhor Nuno. A

Câmara Municipal efectivamente fez uma redução na atribuição do subsídio, mas nós este ano conseguimos recuperar quatro meses que tínhamos em débito desde 2003 ou 2004, que estavam em débito. Conseguimos recuperar, pagamos tudo e pagamos o que estava no Orçamento, o que deu na prática que as Juntas de Freguesia receberam menos 10,25% do que recebiam normalmente. Muito obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra à Dra. Helena Terra, do PS, para defesa da honra. =====

===== Quero referir o seguinte: foi referido pelo Senhor Presidente da Câmara que dirigi uma crítica aos Vereadores eleitos pelas listas do Partido Socialista na Câmara Municipal. V. Exa. ouviu ou quis ouvir uma coisa que jamais disse, e se eu dirigi uma crítica a alguém, foi ao Executivo que V. Exa. preside, que só disponibilizou documentos que os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista puderam ter ao seu dispor durante dois escassos dias úteis antes da reunião do Executivo Municipal que os apreciou, primeiro ponto. Segundo ponto, eu percebo que contra factos não há argumentos e que quando não há é preciso arranjá-los. É a segunda vez que vem o argumento de um arrendamento que a Câmara Municipal paga e não é para o vosso gabinete, porque o Público não sabe disto e pode ficar a pensar que algum de nós particularmente beneficia de algum gabinete da Câmara Municipal. É bom que se diga que este contrato é um contrato que a Câmara Municipal tem pré-protocolado, e eu explico porque pré, com a Ordem dos Advogados, o Conselho Distrital do Porto da Ordem dos Advogados, que eu sou tão só a representante na Comarca, na minha qualidade de presidente dessa delegação. Mas quero-lhe referir que dessa mesma delegação da Ordem dos Advogados fazem parte pessoas, como alguns Vereadores que integram o Executivo Municipal da qual V. Exa. preside. A minha assinatura na minha qualidade de representante há muito tempo está neste protocolo, e V. Exa. sabe que este protocolo, porque não tenho poderes para vincular o Conselho Distrital da Ordem dos Advogados, está para lá para quem de direito o assine. Só quero repor a verdade e não admito a ninguém, a rigorosamente ninguém, que ponha na minha boca coisas que eu não disse, e sobretudo que possam indiciar coisas que eu sou pessoalmente beneficiária e não sou. Obrigado. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara que disse: =====

===== Eu só quero dar uma pequena explicação. A Senhora Deputada podia perfeitamente pressionar a entidade, já que não era a delegação dos advogados de Oliveira de Azeméis, pressionar a Ordem porque devia sentir a dificuldade que o Município tem em dinheiro. Portanto, foi ali defender, e muito bem, que devemos gerir a Câmara o melhor possível, economizar o mais possível e não ter gastos supérfluos. Então, devia pressionar e logo desde a primeira hora devia saber que o protocolo tinha que ser assinado pela Ordem e não pela representação. Nós alugamos logo e quando fomos entregar a chave fizemos uma minuta do protocolo. Se há tanta vontade em defender os Oliveirenses, em defender a gestão da Câmara Municipal, então tinham esse cuidado e pressionavam a Ordem. =====

===== Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número dois à votação, sendo aprovados por maioria, com vinte e seis votos a favor dos Membros do Partido Social Democrata e Membro do CDS/PP, dezasseis votos contra dos Membros do Partido

Socialista e do Presidente da Junta de Freguesia de Fajões e duas abstenções do Presidente da Junta de Freguesia de Macieira de Sarnes e do Membro do PCP-PEV, os referidos documentos.

===== **Ponto três:** *Apreciação do Inventário de 2006 de todos os bens, direitos e obrigações patrimoniais e respectiva avaliação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal foi apresentado, para efeitos do n.º 2 al. e) do art.º 64.º da Lei 169/99 de 18 de Setembro, com a redacção dada pela Lei n.º 5-A/ 2002 de 11 de Janeiro, o documento referido em epígrafe, elaborado de acordo com o ponto 2.8.1. do POCAL, aprovado pelo Decreto- Lei n.º. 54- A/ 99 de 22 de Janeiro, documento este que fica arquivado em pasta anexa a este livro de actas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Os documentos foram entregues, devem-nos ter analisado, portanto devem estar em condições de colocar algumas dúvidas se tiverem.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número três à votação, sendo apreciado favoravelmente o documento apresentado.* =====

===== **Ponto quatro:** *Aprovação da proposta de aplicação do Resultado Líquido do Exercício de 2006.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a seguinte proposta: “Considerando que: - A aplicação do resultado líquido do exercício é aprovada pelo Órgão Deliberativo, mediante proposta fundamentada do Órgão Executivo, nos termos do ponto 2.7.3.1 do POCAL; - Já se atingiu o limite mínimo estabelecido no ponto 2.7.3.4 do POCAL, ou seja, o valor contabilístico da conta 51- Património, corresponda a 20% do Activo Líquido; - O resultado líquido do exercício é de € 1.170.255,90 (um milhão cento e setenta mil duzentos e cinquenta e cinco euros e noventa cêntimos), proponho a seguinte aplicação: 1. A constituição de Reserva Legal, correspondente a cinco por cento do Resultado Líquido do Exercício, no valor de € 58 512,80 (cinquenta e oito mil quinhentos e doze euros e oitenta cêntimos), em conformidade com o ponto 2.7.3.5 do POCAL; 2- O valor de € 1.111.743,10 (um milhão cento e onze mil setecentos e quarenta e três euros e dez cêntimos), que seja transferido para Resultados Transitados, em conformidade com o ponto 2.7.3.2 do POCAL”.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *Decorre da Lei, a proposta é exactamente aquilo que a Lei permite.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número quatro à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada.* =====

===== **Ponto cinco:** *1.ª Revisão ao Orçamento e PPI/ 2007 – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a 1ª Revisão ao Orçamento de 2007, nas componentes de receita e despesa, elaborado nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 nº2 das condições técnicas e do constante no ponto 8.3.1 das notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, do Decreto- Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e a 1.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2007, elaborada nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 n.º 2 das considerações técnicas e do constante no ponto 8.3.2 das notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, do Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Mesa deu a palavra ao Senhor Presidente da Câmara, para iniciar a discussão deste ponto e prestar esclarecimentos à Assembleia.* =====

===== *É a revisão face ao empréstimo que contraímos, empréstimo esse que não conta para o endividamento, portanto do III Quadro Comunitário.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número cinco à votação, sendo aprovados por unanimidade os referidos documentos.* =====

===== **Ponto seis:** *2.ª Revisão ao Orçamento e PPI/ 2007 – Aprovação.* =====

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada a 2ª Revisão ao Orçamento de 2007, nas componentes de receita e despesa, elaborado nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 nº2 das condições técnicas e do constante no ponto 8.3.1 das notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, do Decreto- Lei n.º 54-A/99, de 22 de Fevereiro, e a 2.ª Revisão ao Plano Plurianual de Investimentos de 2007, elaborada nos termos e ao abrigo do ponto 2.3 n.º 2 das considerações técnicas e do constante no ponto 8.3.2 das notas sobre o processo orçamental e respectiva execução, do Decreto-Lei n.º54-A/99, de 22 de Fevereiro, documentos estes que ficam arquivados em pasta anexa ao livro de actas.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar os devidos esclarecimentos.* =====

===== *É o saldo da Conta de Gerência.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número seis à votação, sendo aprovados por unanimidade os documentos apresentados.* =====

===== **Ponto sete:** *Proposta para financiamento no âmbito da linha de crédito bonificado para projectos aprovados no III Quadro Comunitário de Apoio ou para Programas de Iniciativa Comunitária homologados em 2006 (Decreto-Lei n.º 144/2000) – 9.ª Tranche – Autorização.* ==

===== *Pela Câmara Municipal, foi apresentada uma proposta, acompanhada dos elementos comprovativos das condições praticadas pelas diversas Instituições de Crédito, para contratação de empréstimo, no montante até € 585.037,38 (quinhentos e oitenta e cinco mil e trinta e sete euros e trinta e oito cêntimos) destinado ao financiamento no âmbito da Linha de Crédito Bonificado para projectos aprovados no III Quadro Comunitário de Apoio ou para Programas de Iniciativa Comunitária, homologados em 2006 (Dec.-Lei 144/2000) – 9.ª Tranche.*

===== *O Senhor Presidente da Assembleia concedeu o uso da palavra ao Senhor Presidente da Câmara Municipal, para prestar esclarecimentos.* =====

===== *É o pedido de autorização para nós fazermos mais um empréstimo, face aos projectos que temos aprovados. Também nos foi aprovada a possibilidade de fazermos este financiamento da linha de crédito bonificado para as piscinas municipais e para a ludoteca, que foi homologada recentemente.* =====

===== *Aberto o período de inscrições, não se registaram pedidos de inscrição.* =====

===== *Posto isto, o Senhor Presidente da Assembleia colocou o ponto número sete à votação, sendo aprovada por unanimidade a proposta apresentada, autorizando a contratação do referido empréstimo.* =====

===== *Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal foi dito:* =====

===== *Foi aqui chamado à atenção pelo Secretário da Mesa, para uma necessidade que temos de fazer relativamente à continuidade ou não desta Assembleia. Como sabem o nosso Regimento fala que à meia-noite tem que terminar. Nós temos que tomar uma decisão relativamente a essa matéria, portanto chamo a atenção das diferentes Bancadas Parlamentares para a decisão que temos que tomar: ou continuamos com uma hora, marcamos um acréscimo até a uma hora que não seja uma hora por aí além, ou então temos que continuar. Nós amanhã temos, não é com os Presidentes de Junta, porque os Presidentes de Junta não votam, temos uma Assembleia Municipal Extraordinária para a eleição dos Representantes da Grande Área Metropolitana de Aveiro e a votação decorre entre as 21 e as 22 horas. Estamos confrontados com esta situação, portanto podemos obviamente prolongar agora os trabalhos até a uma hora que a Assembleia determine ou então marcar a continuidade da Assembleia Municipal para amanhã. Como é evidente, a Mesa não quer tomar uma decisão só, quer ouvir os Senhores Deputados Municipais.* =====

===== *O Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Helder Simões, do PS.* =====

===== *Senhor Presidente, só para dar nota que para nós não há qualquer tipo de problema de continuarmos esta Assembleia, hoje ou amanhã, estamos cá sempre disponíveis para trabalhar. Agora, em qualquer das questões fazíamos questão que o Público falasse agora, porque era mais sensato. Nós podemos-nos obrigar a nós próprios a estar aqui e continuar, mas o Público não faz sentido que só fale no final da Assembleia à uma ou duas da manhã. Então, sugeria que interrompêssemos os trabalhos da Assembleia, o Público que existe na sala que quer usar da palavra e que esteve aqui desde as oito horas da noite, usasse da palavra e depois*

retomaríamos os trabalhos. Acho que era mais sensato não obrigar o Público a vir cá outro dia, porque foram convocados para hoje. Suspender a Assembleia e o Público intervir agora. =====

===== Seguidamente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Dr. Vieira Dias, do CDS/PP. =====

===== Vão-me perdoar, mas é pecha velha, é pecado velho. Portanto, eu creio que é necessário que alguma vez a Assembleia acabe e que se siga noutra dia, mas concordo perfeitamente com o Helder Simões. Se estiverem de acordo, que o período destinado ao Público seja cumprido e que a Assembleia prossiga noutra dia. É esta a minha opinião e a do meu Partido. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== O que é preciso decidir é qual é o dia em que continua, se amanhã, se segunda-feira...=====

===== Pelo Senhor Presidente da Assembleia Municipal, foi concedida a palavra ao Senhor Francisco Oliveira, do PSD. =====

===== Por nós também não vemos qualquer inconveniente, mas só para alertar que muitas Assembleias de Freguesia foram adiadas para amanhã, pelo que penso que amanhã não será o melhor dia. =====

===== O Senhor Presidente da Assembleia Municipal disse: =====

===== Parece-me que há consenso relativamente à interrupção da Assembleia no ponto sete. Eu peço a atenção aos Senhores Representantes das Bancadas Parlamentares. Há ou não há consenso relativamente à interrupção da Assembleia? Há consenso? Eu gosto de ouvir as pessoas, para depois não estarem a levantar problemas relativamente a esta matéria. Muito bem, antes de dar a palavra ao Público presente, vamos decidir qual é o dia da continuidade da Assembleia Municipal. Eu convoco os Líderes Parlamentares, para que no final desta Sessão, após o período destinado ao Público, não se vão embora para decidirmos a marcação da continuidade da Assembleia Municipal. =====

*=== **PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO (ARTIGO 21º DO REGIMENTO)** ===*

===== Aberto o período de inscrições, registaram-se os pedidos de inscrição dos Senhores Vicente Oliveira e José António Martins. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor Vicente Oliveira, que disse: =====

===== Senhor Presidente, a Estrada que vai da Ponte do Guiso até ao Horto do Paço Velho, com o mau tempo sofreu um forte deslizamento de terra. Julgo que três partes da estrada foram por uma ribanceira abaixo, e penso que não será fácil a sua reconstrução a médio prazo. Assim sendo, a população que a utilizava, principalmente a de Vilar, ficam sem alternativa.

Mais uma vez pedia ao Senhor que repensasse na alternativa que a população já reivindicava há muitos anos, que era a continuação do alargamento do falado Caminho Velho, ou seja, o caminho que vem da Capela de Vilar até junto da Ponte Velha. Agora, aproveitava para fazer um pedido ao Senhor Presidente. Senhor Presidente, como o Senhor conhece bem, a Calçada de Porto de Carro em Vilar está em péssimo estado, o tout-venant que lá foi colocado está solto e as pessoas que se deslocam a pé passam por um calvário. Algumas já fizeram lesões nos pés. O Senhor já prometeu que quando o tempo da chuva passasse iria mandar colocar o pavimento nessa calçada. Faço aqui este pedido, porque a população está impaciente. Tenho dito. =====

===== O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal concedeu o uso da palavra ao Senhor José António Martins, residente nesta cidade. =====

===== Eu vou ser muito breve, eu não me vou esquecer das palavras do António Xará, que o ano passado me disse que eu era muito persistente. Eu estou aqui para ser persistente e na última Assembleia, que foi em Fevereiro, apliquei aqui três itens que eram importantes e que não dariam assim tanto trabalho. O primeiro, era a casa de banho lá de baixo, não sei se estão recordados, não tem condições, só existe uma casa de banho. Fui em jeito de brincadeira, mas hoje também tive a oportunidade de ir lá abaixo e continua tudo na mesma. A segunda, era o sinal que se encontra aqui no jardim público, e enquanto isso não for mudado virei aqui todas as vezes que for necessário, a ver se realmente vocês tomam alguma providência. É que o sinal está virado ao contrário, ou seja do mercado para baixo nota-se que Junta de Freguesia deveria estar ao contrário para pessoas que se queiram deslocar à Junta de Freguesia. A terceira é a placa de Turismo que se encontra ainda no mesmo sítio, que ainda não foi tapada. Há sempre pessoas que se deslocam ao concelho de Oliveira de Azeméis e que não são de cá e vão também ao engano para o Largo do Gemini. São essas três rectificações que eu queria deixar aqui uma vez mais na Assembleia da Câmara Municipal, é tudo, obrigado. =====

===== Antes de terminar o Senhor Presidente da Mesa propôs a aprovação por minuta da acta relativa à presente Sessão, sendo a mesma aprovada por unanimidade. =====

===== Para terminar esta Sessão, o Senhor Presidente da Assembleia disse: =====

===== Fazemos então a interrupção da Assembleia Municipal, ficamos até ao ponto sete. A Assembleia Municipal continua sexta-feira, dia quatro, às dezoito horas. Boa noite para todos.

===== A Assembleia Municipal foi interrompida, com a continuação marcada para o dia quatro de Maio, pelas dezoito horas. =====